



PROJECTO

ESTRATÉGIA E ROTEIRO PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DA SADC

2015-2063

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	4
--------------------	---

2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCÍPIOS ORIENTADORES E PILARES FUNDAMENTAIS DA ESTRATÉGIA	6
2.1 Objectivos Estratégicos	6
(A) Quantitativos	6
(B) Qualitativos	7
2.2 Elementos Essenciais para a Industrialização	8
2.3 Três pilares fundamentais da Estratégia de Industrialização	9
3. INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS	12
3.1 Estrutura macroeconómica	12
3.2 Revitalização da integração Regional	13
3.3 Eliminação de Constrangimentos Incontornáveis	14
3.4 Desenvolvimento Industrial	21
3.5 Rotas de Crescimento Potenciais	23
3.6 Um Pacto para a Industrialização – O Papel do Estado e o Envolvimento do Sector Privado	28
3.8 Fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas	31
3.9 Reforço da Concorrência	33
3.13 Mobilização de Recursos Financeiros para Estratégia de Industrialização	38
4. COORDENAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	41
A. Coordenação e Interface	41
B. Implementação e Monitorização	41
C. O Papel do Secretariado da SADC	42
5. CONCLUSÕES	42
ROTEIRO	43

ACRÓNIMOS

AGOA	Lei do Crescimento e Oportunidades para África
AIDA	Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado
AMV	Visão do Sector Mineiro em África
AU/UA	União Africana
AUC/CUA	Comissão da União Africana
BIAT	Iniciativa para o Fomento do Comércio Intra-Africano
CCBG	Comité dos Governadores dos Bancos Centrais
CFTA/ZCLC	Zona de Comércio Livre Continental
COMESA	Mercado Comum da África Austral e Oriental
EAC	Comunidade da África Oriental
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central
EU/UE	União Europeia
EPA/APE	Acordo de Parceria Económica
FDI/IDE	Investimento Directo Estrangeiro
FTA/ZCL	Zona de Comércio Livre
GVC/CVG	Cadeias de Valor Globais
GDP/PIB	Produto Interno Bruto
ICT/TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
IDPF/PQDI	Estrutura Política de Desenvolvimento Industrial da SADC
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
IOC	Comissão do Oceano Índico
IUMP/PDMI	Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial (IUMP) da SADC
LDCs/PMA	Países Menos Avançados
MVA	Valor Acrescentado da Indústria Transformadora
OECD/OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)
PIDA	Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas
PPP	Parceria Público-Privada
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC
R&D/I&D	Investigação e Desenvolvimento
RVC/CVR	Cadeias de Valor Regionais
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SACU	União Aduaneira da África Austral

SEZ/ZEE	Zonas Económicas Especiais
SMEs/EPM	Empresas Pequenas e Médias
SQAM	Normalização, Garantia da Qualidade, Acreditação e Metrologia
SWOT	Análise dos Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças
TFP/PTF	Produtividade Total dos Factores
TFTA/ZCLT	Zona de Comércio Livre Tripartida
TIVA	Comércio de Valor Acrescentado
TRIPS	Acordo sobre os Aspectos Ligados aos <u>Direitos</u> de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio
UNCTAD/CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNIDO/ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
Rácio VAX	Rácio de Exportações de Valor Acrescentado em relação às Exportações Totais
WTO/OMC	Organização Mundial do Comércio

1. INTRODUÇÃO

A orientação principal da estratégia é a necessidade da transformação estrutural da região da SADC, através da industrialização, modernização, actualização e maior integração regional.

... mas o impulso estratégico deve mudar da dependência dos recursos e da mão-de-obra de baixo custo para o aumento do investimento e para a melhoria da produtividade dos trabalhadores e do capital.

A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC é formulada no contexto das actuais políticas nacionais e regionais e, especificamente, das decisões da Cimeira de Victoria Falls realizada em Agosto de 2014 sob o lema: «Estratégia da SADC Rumo à Transformação Económica: Exploração dos Recursos Regionais Diversificados em prol do Desenvolvimento Económico e Social Sustentável, através da Beneficiação e do Acréscimo de Valor». A Cimeira também orientou o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional no sentido de conceber uma estratégia e roteiro para a industrialização da Região.

Neste contexto, a Cimeira também homologou a decisão do Conselho segundo a qual: «solicitou ao Comité de Ministros do Comércio (CMC) para, com o apoio do Secretariado, rever a Prioridade A contida no Projecto de RISDP Revisto 2015-2020, em particular a sequência dos resultados visados no domínio do Desenvolvimento Industrial e da Liberalização do Comércio, com vista a garantir que, na etapa actual de integração da SADC, seja concedida prioridade à industrialização».

O Conselho orientou ainda o Secretariado a finalizar o RISDP Revisto, colocando a industrialização no centro das atenções do seu plano, e a incorporar o Lema nesse mesmo RISDP Revisto.

A Estratégia tem como premissa a convicção de que a integração regional promoverá a industrialização. Reconhece que a política industrial e a sua implementação serão concretizados, em larga medida, ao nível nacional e que o seu sucesso depende do estabelecimento de um pacto para a indústria envolvendo o governo, o sector privado, a sociedade civil, os sindicatos e os parceiros de desenvolvimento.

A Estratégia e o Roteiro para a Industrialização da SADC procura engendrar uma transformação económica e tecnológica de envergadura aos níveis nacional e regional no âmbito de uma integração regional mais profunda. Visa também acelerar o ritmo de crescimento e reforçar a vantagem comparativa e competitiva das economias da Região contando, de certo modo, com a sua população jovem.

Isto significa seguir-se um programa direccionado à acumulação e ao desdobramento de conhecimento, e activos físicos modernos e capital humano, em especial a juventude, assim como outras capacidades. Uma economia transformada oferece maiores possibilidades de melhorar substancialmente os padrões de vida, de criar emprego, aliviar a pobreza e mitigar os choques externos.

A Estratégia foi concebida como um plano de modernização e tem como premissa uma exploração máxima das vantagens comparativas e a criação de condições sustentáveis para a vantagem competitiva ao nível de empresas. Esta última condição requer esforços sérios direccionados a reforçar o ambiente e a prontidão tecnológica, mudanças no modo de fazer negócio, aumento da capacidade produtiva e melhoramento das interligações económicas para desbloquear o potencial regional, em geral. A sustentabilidade do processo requereria assim que as economias se transformassem em estruturas baseadas no conhecimento e que fossem competitivas. Tais esforços, ao mesmo tempo que requerem mudanças na qualidade de uma vasta gama de políticas e acções, reconhecem ainda, e têm como base, os esforços já envidados aos níveis nacional e regional.

A Estratégia Regional é orientada pelas estratégias, visões e planos nacionais de desenvolvimento e, primariamente, pelo Tratado da SADC, pelo Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP), pelos protocolos da SADC e, especificamente, pela Estrutura Política de Desenvolvimento Industrial (PQDI). Tem igualmente como referência o Desenvolvimento Industrial Acelerado para África e a Agenda 2063 da União Africana.

Dadas as condições iniciais de desenvolvimento na maioria dos países da SADC, o impulso para a transformação deve concentrar-se efectivamente nos níveis mais elevados de crescimento e de mudanças estruturais mais profundas. Isto requer intervenções deliberadas e induzidas para reforçar a acumulação de factores produtivos (mão-de-obra, capital e tecnologia) para aumentar substancialmente a produtividade total e a produtividade dos factores. Isto significa a mudança (directa ou induzida) de recursos para usos mais dinâmicos de produtividade mais elevada, o que fundamentalmente significa a indústria transformadora, definida de um modo abrangente para incluir a transformação dos produtos agrícolas e a beneficiação de minério, assim como os serviços que possibilitam o desenvolvimento e as actividades económicos.

No século XXI, as economias da SADC já não podem depender do manancial dos seus recursos, nem da mão-de-obra de baixo custo, como plataforma da industrialização e da modernização. A sua orientação estratégica deve mudar do crescimento do factor de acumulação – que emprega mais mão-de-obra e investe mais capital - para o factor de produtividade total, que é a eficiência com que os recursos são utilizados no processo de produção. O caminho a percorrer para

alcançar esta fase é dependente da diminuição das lacunas de produtividade entre os sectores das economias da SADC e entre estas e as economias mais avançadas, o que necessita da convergência em competências avançadas e tecnologias de ponta. O facto de 60% do comércio mundial envolver produtos intermédios fortalece a causa do acréscimo de valor nas economias da SADC e a sua participação na cadeia de valor.

A política industrial deve ser modelada no contexto da vantagem competitiva de um país, incluindo a vantagem nascente ou futura. A essência da transformação é a diversificação por meio da modernização e a elevação da capacidade tecnológica. A industrialização com sucesso será alcançada não apenas ao fazer as coisas *melhor* – embora isso seja um factor-chave – mas também ao fazer coisas *diferentes*, o que implica que a industrialização é alcançada através da diversificação.

A orientação principal da estratégia é a necessidade da transformação estrutural da região da SADC, através da industrialização, modernização, actualização e maior integração regional. A industrialização deve ser interpretada como um processo a longo prazo da transformação estrutural e um aumento da competitividade através de toda a região da SADC. A região da SADC está em fase de recuperação e precisa de avançar mais rapidamente do que as outras economias emergentes para convergir e alcançar os países de rendimentos médios e mais elevados.

2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCÍPIOS ORIENTADORES E PILARES FUNDAMENTAIS DA ESTRATÉGIA

2.1 Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos são quantitativos e qualitativos.

(A) Quantitativos

A Estratégia prevê mudanças substanciais quantitativas na estrutura industrial, produção industrial e exportações, especialmente nas categorias da tecnologia média e avançada, enquanto duplicando o emprego industrial.

Os objectivos quantitativos e as metas de crescimento são apenas uma aspiração no contexto da transformação a longo prazo da economia da SADC e da criação da economia do conhecimento do futuro. Os mesmos têm igualmente como referência o desiderato estratégico de fazer convergir as economias da SADC como um grupo e no contexto da Agenda de desenvolvimento continental 2063. Estes objectivos e metas são guiados pelo desempenho histórico e pelas potencialidades associadas ao programa transformacional incorporado na estratégia. As metas quantitativas incluem o seguinte:

- (i) Elevar a taxa real de crescimento do PIB regional de 4% por ano (desde 2000) para um mínimo de 7% por ano;
- (ii) Duplicar a quota do valor acrescentado de manufactura (VAM) (MVA) do PIB para 30% por ano até 2030 e para 40% por ano até 2050, incluindo a quota dos serviços relacionados com a indústria;
- (iii) Aumentar a quota de produção de tecnologia média e alta no total do VAM, presentemente em menos de 15% ao ano para 30% por ano em 2030 e 50% por ano em 2050;
- (iv) Aumentar as exportações de produtos manufacturados para, pelo menos, 50% do total das exportações até 2030, de menos de 20% neste momento;
- (v) consolidar a participação nos mercados mundiais para a exportação de produtos intermédios aos níveis do Oriente Asiático, de cerca de 60% do total das exportações de produtos manufacturados;
- (vi) Aumentar a participação do emprego industrial para 40% do emprego total até 2030.

(B) Qualitativos

A Estratégia é transformadora em termos da transformação socioeconómica nacional e regional.

As metas qualitativas procuram:

- (i) Alcançar uma maior transformação socioeconómica ao nível nacional e regional;
- (ii) Acelerar o ritmo de crescimento e aumentar a vantagem comparativa e competitiva das economias da região;
- (iii) Diversificar e ampliar a base industrial e de interdependências;
- (iv) Reforçar a capacidade produtiva, a produtividade e competitividade das economias da SADC;
- (v) Fornecer uma estrutura de recuperação de crescimento tecnológico e industrial, diversificação de exportações, beneficiamento de recursos naturais, enaltecimento da agregação de valor, aumento do comércio regional e criação de emprego;
- (vi) Desenvolver cadeias viáveis de valor regionais capazes de interagir com as cadeias de valor globais e identificar áreas em que a região da SADC pode

ter o maior sucesso na captura de altas oportunidades com base nos pontos fortes e capacidades actuais e futuras;

- (vii) Consolidar parcerias de colaboração, motivadoras e estratégicas, entre os governos, o sector privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento como um pacto de solidariedade para a industrialização;
- (viii) Em última análise, consolidar alicerces sólidos e duradouros rumo a uma economia modernizada da SADC.

2.2 Elementos Essenciais para a Industrialização

A Estratégia de Industrialização da SADC distingue os 14 elementos/requisitos seguintes como essenciais para a industrialização:

1. A industrialização é chave para a transformação e fortalecimento dos elos entre as indústrias;
2. A produtividade é um factor métrico fundamental nos processos de desenvolvimento e de transformação;
3. A actualização tecnológica e a inovação são facilitadores e criadores de emprego e da competitividade;
4. A geografia e os recursos naturais são factores cruciais no estabelecimento de agregados económicos nacionais e regionais para apoiar a diversificação e as interligações;
5. O reconhecimento do possível impacto das evoluções tecnológicas globais emergentes nas configurações do comércio;
6. O papel crucial do governo como agente de evolução na percepção, progresso, promoção e implementação do desenvolvimento industrial e criação dos ambientes necessários;
7. A importância do estabelecimento de um pacto para a industrialização e desenvolvimento, que consiste do governo, sector privado, sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e investidores potenciais;
8. O papel central do sector privado enquanto motor da industrialização e, em particular, o contributo das Pequenas e Médias Empresas (PME) para o crescimento do emprego e o desenvolvimento nacional;

9. A aceleração do ritmo do programa de integração da SADC e a promoção das complementaridades dos esforços nacionais e regionais sobre questões de desenvolvimento industrial e a elevação dos aspectos positivos dos vários acordos regionais e globais de que a SADC é parte;
10. A criação de um ambiente macroeconómico estável e fundações microeconómicas robustas para o desenvolvimento e crescimento do sector privado e promoção da interdependência económica regional;
11. A importância crítica da coordenação e interface dos esforços do desenvolvimento industrial nacional e regional – para garantir a maximização dos ganhos e evitar a concorrência prejudicial.
12. A importância de garantir a sustentabilidade ambiental e social, tomando em consideração os impactos previstos da industrialização nas mudanças climáticas e a adopção de tecnologias e modalidade que melhoram a eficiência de recursos e reduzem os desperdícios.
13. A importância de acelerar a capacitação dos jovens e das mulheres para lhes permitir participarem totalmente no desenvolvimento económico.
14. O reconhecimento do papel de TIC como um catalisador para a impulsão da industrialização e a necessidade de integrar a Informação e Tecnologia da Comunicação (TIC) no processo da transformação socioeconómica.

2.3 Três pilares fundamentais da Estratégia de Industrialização

A Estratégia está ancorada em três pilares:

- (i) A industrialização como promotora da transformação económica e tecnológica;
- (ii) A competitividade (na empresa/indústria, ao nível nacional e regional) como um processo activo para a mudança da vantagem comparativa para a vantagem competitiva;
- (iii) A integração regional e a geografia como contexto para o desenvolvimento industrial e para a prosperidade económica.

A transformação a longo prazo das economias da SADC requer mudanças qualitativas e quantitativas na estrutura industrial, no seu ambiente facilitador e na interdependência com outros sectores, com vista a maximizar a agregação directa e indirecta de valor no sector industrial amplamente definido como abrangendo os serviços de apoio conexos. Ao fazê-lo, a industrialização precisa de ser enquadrada

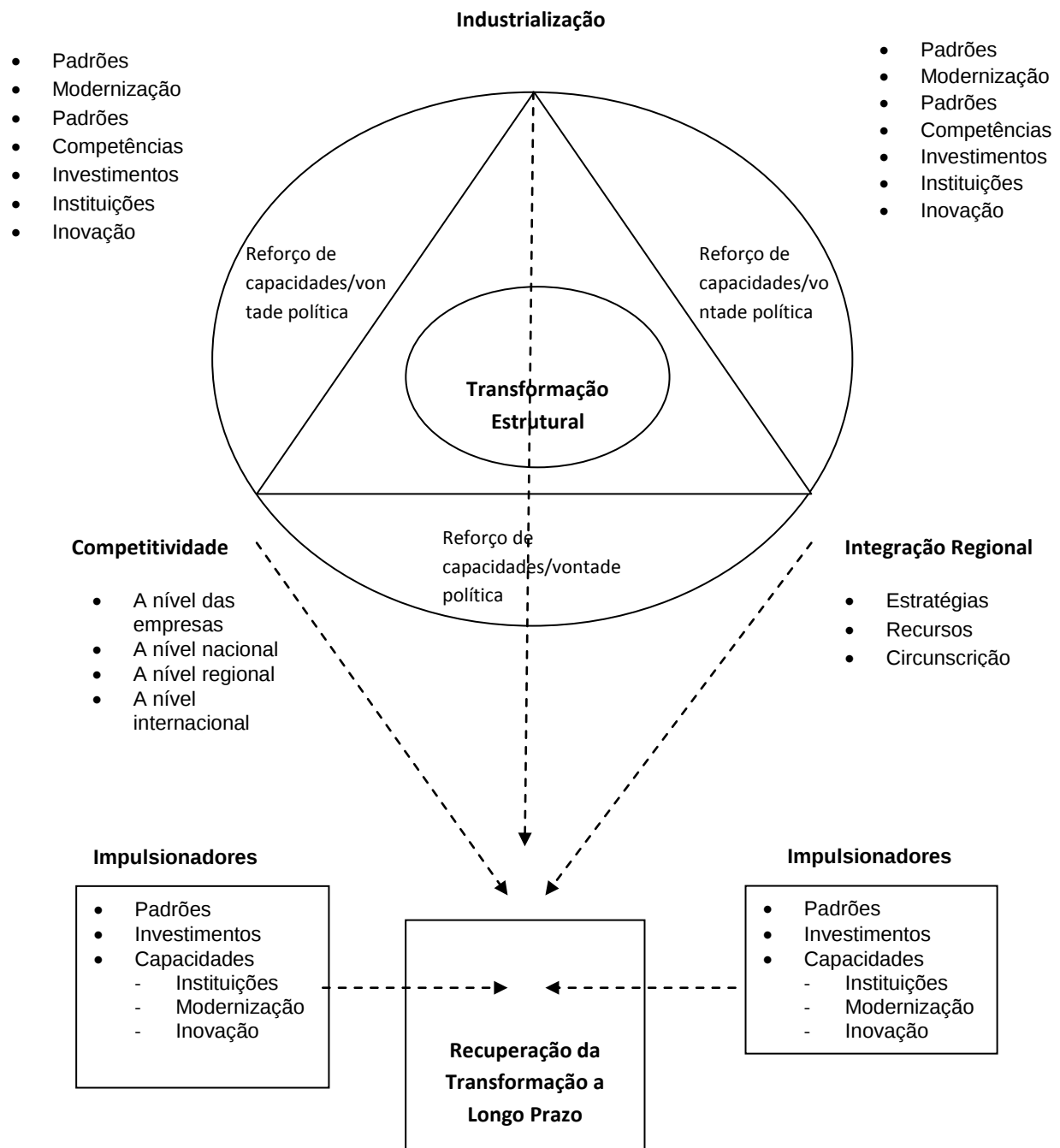
no contexto da dinâmica global da competitividade, da qualidade de produtos, bem assim como da flexibilidade para responder à dinâmica da demanda interna e externa. As repercussões positivas da industrialização irão estimular o emprego e aumentar substancialmente os níveis de rendimentos. Um sector industrial sustentável do futuro deve ser resiliente e altamente propenso a uma modernização contínua.

Os países da SADC são igualmente desafiados a melhorarem a sua competitividade para complementar a sua vantagem comparativa herdada de uma produção baseada em recursos naturais e na sua exportação. A acção deve, por isso, visar a competitividade das empresas, bem como das economias em geral.

Uma integração regional mais profunda reforçada pela industrialização e uma maior competitividade devem proporcionar o contexto para o desenvolvimento da região. A provisão de capacidades produtivas e de distribuição do processo ajudará a remover os obstáculos estruturais e melhorará a produtividade dos factores.

Os pilares são interdependentes, ou seja, cada um se reveste de importância única, mas só quando abordados em conjunto poderão satisfazer os requisitos da eficácia máxima (Figura 1).

Figura 1: Interdependências transformadoras



3. INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS

As intervenções estratégicas, portanto, provêm, em cascata, daquelas que influenciam o crescimento económico para as que são específicas ao crescimento industrial acelerado e que arrevesam a desindustrialização. Neste contexto, e enquanto retendo em consideração as metas estratégicas, é dada atenção especial ao esforço inicial concentrado da industrialização na estrutura da integração regional. As acções estratégicas de maior vulto necessitarão de ser reforçadas para alcançar os objectivos gerais da estratégia de industrialização. Estas irão incluir as estratégias políticas e a priorização das intervenções políticas.

3.1 Estrutura macroeconómica

Os países da SADC devem almejar a estabilidade macroeconómica num Estado voltado para o desenvolvimento, com particular incidência no crescimento inclusivo, na diversificação económica, numa maior competitividade e numa integração regional mais profunda.

Os países da SADC precisam de estabelecer e manter um ambiente macroeconómico estável e propício para aumentar o crescimento e apoiar a integração regional da industrialização e da competitividade. Com efeito, para além dos esforços envidados pelo Comité de Governadores dos Bancos Centrais (CCBG) em prol da convergência macroeconómica, os países da SADC devem recorrer a políticas macroeconómicas para fomentar a industrialização acelerada no estágio de desenvolvimento. A integração e as políticas de melhoramento industrial adequadas devem estabelecer um equilíbrio entre o alcance dos objectivos de desenvolvimento num regime de prudência fiscal e monetária. De modo particular, deve realizar-se um ciclo de consultas estreitas entre os ministérios responsáveis pelo comércio e pela indústria e as autoridades fiscais e monetárias competentes sobre a matéria do recurso aos instrumentos macroeconómicos para propiciar o desenvolvimento industrial acelerado. Isto irá exigir uma disciplina fiscal mais estrita e um aumento da capacidade para a implementação rápida dos programas de desenvolvimento. A estimulação e sequência das políticas devem ser tratadas como parte da maior transformação da região e da evolução das suas sociedades através dos caminhos de crescimento a longo prazo da região da SADC até ao ano de 2063, onde irão convergir com as metas de desenvolvimento do continente.

O contributo do sector privado e de outros intervenientes deve ser tido em conta no processo de formulação de políticas macroeconómicas. A política deve prever um papel de maior relevo para este sector ao arcar com a sua parte do custo dos esforços de desenvolvimento. Um papel mais elevado para o sector, juntamente com o aprofundamento dos mercados de capital, irá aumentar consideravelmente as oportunidades de parcerias conjuntas nacionais-estrangeiras e irá criar uma dinâmica de crescimento que irá contribuir para o alargamento da base tributária.

- (i) A estrutura macroeconómica deve centrar-se na catalisação da transformação da produção para garantir a realização de níveis elevados de competitividade e satisfazer as exigências de convergência macroeconómica para a região na sua totalidade;
- (ii) Para garantir a sustentabilidade, o regime da política macroeconómica de desenvolvimento deve visar:
 - O crescimento inclusivo da qualidade;
 - A diversificação económica e competitividade;
 - O aprofundamento da integração regional;
 - A convergência política macroeconómica.

3.2 Revitalização da integração Regional

A colocação da industrialização em primeiro plano será promovida pela implementação de uma consciente estratégia de regionalismo centrada no desenvolvimento – determinação da sequência da liberalização do comércio a par de acções em matéria de políticas para reforçar a capacidade produtiva, fundamentalmente no sector privado.

A integração regional é um dos três pilares da Estratégia Industrial da SADC. A maior integração regional constitui uma condição «*sine qua non*» para o desenvolvimento colectivo. Para este efeito, os Estados Membros devem acelerar a implementação das políticas da SADC, protocolos e acordos. O desenvolvimento colectivo requer complementaridade das estruturas de produção e comércio e a convergência de políticas ao longo do tempo.

A estratégia reconhece que a colocação da industrialização em primeiro plano será promovida através da adopção de uma estratégia regional de desenvolvimento. Isto implica o estabelecimento de sequências para a liberalização do comércio assim como acções conscientes de política para edificar capacidade produtiva nos Estados Membros, especialmente no sector privado.

- (i) Na persecução de uma industrialização regional acelerada, os governos nacionais devem alinhar e integrar as suas políticas e planos de acordo com as prioridades industriais regionais da SADC;
- (ii) Os programas e iniciativas regionais devem ser reorientados para proporcionar um novo impulso ao desenvolvimento industrial regional. Neste contexto, assume importância particular, a implementação imediata do pilar de desenvolvimento industrial, previsto no Acordo Tripartido sobre o Comércio Livre, uma vez aprovado;

- (iii) Os parceiros internacionais de desenvolvimento são convidados a reconhecer a centralidade da industrialização regional e a reflectir sobre isto no seu apoio financeiro e técnico para a região e para os Estados Membros;
- (iv) O espaço económico da SADC será ampliado de modo significativo, como resultado das Zonas de Comércio Livre do Tripartido e Continentais. A fim de maximizar os benefícios decorrentes destes mecanismos, será importante racionalizar os actuais sistemas de Regras de Origem para apoiar a industrialização;
- (v) No contexto da integração regional, os Estados Membros devem, na formulação das suas políticas, ter em linha de conta o impacto destas noutros Estados da SADC;
- (vi) Os Estados Membros da SADC devem comprometer-se com a coordenação de políticas industriais destinadas à convergência de médio a longo prazo, a fim de garantir que todos os Estados Membros beneficiem da sua presença na SADC;
- (vii) Uma constituição reforçada para a integração regional é uma necessidade crítica como parte do processo de uma integração mais profunda. Para esse efeito, os Estados Membros devem aprimorar os processos de difusão de informações sobre a implementação de programas, protocolos e projectos;
- (viii) É essencial que os Estados Membros abracem e internalizem o espírito e a letra das regras da ZCL no seu comércio e nas suas políticas industriais;
- (ix) Os decisores políticos a nível nacional e regional devem considerar cuidadosamente a necessidade de harmonizar uma maior liberalização do comércio, especialmente com terceiros, com a aceleração e primazia que se pretende conferir à industrialização;
- (x) O alargamento do espaço económico irá exigir melhorias significantes da infra-estrutura regional, incluindo as instituições e acordos financeiros, assim como a convergência geral da política macroeconómica.

3.3 Eliminação de Constrangimentos Incontornáveis

A aceleração do processo de industrialização está a ser inviabilizada por três constrangimentos incontornáveis, nomeadamente infra-estruturas inadequadas e de baixa qualidade, um enorme défice das competências requeridas para o desenvolvimento industrial e meios financeiros insuficientes.

Os relatórios dos países mostram, claramente, que três obstáculos principais se impedem a industrialização acelerada na SADC, nomeadamente a *falta de infra-estrutura*, a *escassez de competências*, especialmente aquelas essenciais para

progredir e atingir a escada da tecnologia, e o *financiamento*. Nenhum destes é susceptível de soluções rápidas a curto prazo. Também é evidente que há necessidade de uma maior participação do sector privado e acção conjunta com o sector público para alcançar os objectivos estratégicos.

(A) Infra-estruturas

Os serviços de infra-estrutura, eficientes e acessíveis (que consistem de transportes, comunicações, TIC, energia e abastecimento de água) são contributos essenciais para a redução dos custos de transacção na indústria e comércio, assim como para melhorar o bem-estar económico e social da sociedade em geral. A implementação eficaz da Estratégia de Industrialização da SADC irá requerer, sem dúvida, a necessária construção e/ou estreita coordenação destes serviços em tempo útil e de maneira óptima. Para este efeito, a Estratégia requer:

- Acesso a infra-estrutura de qualidade;
- Disponibilidade de serviços na altura e nos locais requeridos para reduzir os custos dos contributos de entrada e das transacções;
- Procura de soluções para as carências de infra-estruturas a nível nacional e regional;
- Provisão de infra-estruturas de qualidade e resistentes ao clima para a implementação do Programa de Actualização e Modernização Industrial;
- Melhoramento das infra-estruturas de transportes, energia, TIC e abastecimento de água.

Um maior investimento em novas infra-estruturas, tanto materiais quanto imateriais, aliado a uma melhor gestão, desempenho e despesas adicionais com a manutenção, são pré-requisitos para o arranque do processo de industrialização.

Ao abordar o défice de infra-estrutura através de um aumento do investimento em novas instalações deve ser dada atenção especial à manutenção, qualidade e factores ambientais tais como as mudanças climáticas. Não é apenas o fornecimento de infra-estrutura que está a limitar o desenvolvimento económico, mas também a falta de recursos adequados para a conservação e manutenção da estrutura existente garantindo, ao mesmo tempo, que é dada atenção à qualidade da provisão da infra-estrutura, especialmente em áreas como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

- (i) Por conseguinte, o actual Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais (RIDMP) deve ser acelerado e alinhado para atender às várias necessidades da Estratégia de Industrialização, assegurando

igualmente que seja otimizada a utilização da capacidade existente em termos de infra-estruturas;

- (ii) Deve ser formulada uma estratégia para alavancar o RIDMP, com vista a catalisar o desenvolvimento industrial e reduzir os elevados custos associados ao exercício de actividade comercial, incluindo os referentes a Barreiras Não Comerciais (BNC) e ao aprovisionamento de factores de produção para o desenvolvimento de infra-estruturas;
- (iii) O programa de apoio à infra-estrutura para a industrialização deve ser planeado e implementado como um *continuum* que se estende para além do prazo médio.

Para além de 2020, o Roteiro aborda as intervenções de infra-estruturas de longa duração. Neste contexto, os Estados Membros devem ter flexibilidade para atender às condições nacionais. No entanto, os esforços gerais de industrialização e transformação devem ser consistentes e complementares. Enquanto se espera que os governos assumam a liderança, o sector privado deve-se manter envolvido tanto quanto possível.

(A.1) Qualidade e Manutenção

A má qualidade e a ineficiência das infra-estruturas existentes na Região da SADC devem-se, em grande parte, à negligência dos padrões aplicados na aquisição e funcionamento de activos e à manutenção e gestão indevidas.

- (i) O novo financiamento deve contemplar a disponibilidade adequada de recursos para suportar os custos de reparação, de manutenção, de reabilitação, de reconstrução e de substituição de activos;
- (ii) Os orçamentos nacionais dos Estados Membros devem incluir o aumento das dotações para as despesas de operação e manutenção.

(A.2) Energia

A região da SADC enfrenta um défice sério de energia e, com a implementação da estratégia de industrialização, esta lacuna irá agravar-se a menos que se registe um incremento substancial no fornecimento de energia eléctrica, com base no amplo potencial da região para a obtenção de energia hidroeléctrica.

- (i) Os Estados Membros devem aumentar o investimento público no abastecimento de energia, tanto para uso doméstico como para exportação para os parceiros regionais através do Grupo de Energia da África Austral;
- (ii) Deve ser prestada atenção à fiabilidade, à eficiência e à relação custo-benefício do fornecimento de energia eléctrica;

- (iii) Ao mesmo tempo, os governos devem intensificar o envolvimento de provedores independentes de energia para aliviar o encargo das despesas de investimento que recaem sobre os governos;
- (iv) Além disto, devem ser exploradas fontes alternativas de energia com convergência específica em energias renováveis.
- (v) (v) A região deve adoptar tecnologias de eficiência de energia para reduzir o custo de produção e minimizar as emissões de gases de efeito de estufa que contribuem para as alterações climáticas.
- (vi) Deve ser dada atenção a uma maior eficiência nos preços da energia no contexto de uma cooperação regional mais profunda. A energia a preço acessível é uma condição necessária para a competitividade industrial e, para este efeito, os Estados Membros devem recorrer aos custos de suprimentos regionais quando estes são viáveis, em vez de se concentrarem na auto-suficiência nacional;
- (vii) Os planos actuais para a conectividade da rede de energia hidroeléctrica e as propostas dos novos projectos de geração e transmissão devem ser acelerados, incluindo as sociedades comerciais («*joint ventures*») regionais. Os Estados Membros devem acelerar a concepção e implementação de uma estrutura institucional adequada para o desenvolvimento inicial do projecto da Barragem do Inga que tem um potencial enorme para o fornecimento de electricidade de baixo custo para a região da SADC.

(A.3) Transporte

A expansão, modernização e interligação dos sistemas regionais de transporte (rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos e fluviais), pode aumentar consideravelmente os fluxos de comércio e a mobilidade dos factores de produção.

- (i) A eficiência dos corredores de transporte actuais deve receber prioridade especial para melhorar a facilitação do comércio e abrir ligações alternativas de transporte;
- (ii) A eficácia dos sistemas de transporte regional depende da eficiência da interface entre os componentes de transporte multimodais. O estreitamento da cooperação regional é necessário para que isto seja alcançado;
- (iii) O aumento do investimento é necessário para melhorar a qualidade da rede de todos os modos de transporte regional enquanto promovendo fontes de energia renovável para o sector de transportes.

(A.4) Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

A fim de acelerar a industrialização na região e alcançar a transformação socioeconómica, há a necessidade de integrar TIC em todos os aspectos da economia. As Tecnologias de Informação e Comunicação devem também ser vistas como um facilitador estratégico, em todo o espectro económico e social da vida, dada a sua capacidade para ajudar a gerar conhecimento a habilidade para elevar e melhorar a disponibilidade tecnológica e promover a inovação. Para este efeito, a SADC deve operacionalizar na totalidade a componente de TIC do RIDMP 2027 para catalisar a industrialização. Neste contexto, os aspectos seguintes devem ser tomados em consideração no processo da industrialização:

- (i) Globalização, a revolução de TIC e os desafios da competitividade têm aumentado a procura de sistemas modernos de comunicação. A produção industrial e o comércio moderno adoptaram, de modo intenso, as tecnologias de informação e comunicação e estão altamente dependentes destas. A região da SADC devia tomar vantagem das oportunidades apresentadas pelas TIC para catalisar a industrialização. Com base nas experiências bem-sucedidas de outros lugares, a SADC deve esforçar-se para se tornar um centro de produção de TIC. O sector de TIC deve facilitar o desenvolvimento da capacidade da manufatura de produtos electrónicos na região para apoiar o mercado electrónico da SADC e apoiar as decisões que são relevantes para a região nos fóruns internacionais.
- (ii) TIC tem contribuído imensamente para o crescimento do sector de serviços na região e tem grande potencial para aumentar a eficiência da indústria, qualidade, produtividade e competitividade.
- (iii) Para que a industrialização se torne o impulsionador mais importante do crescimento, desenvolvimento e recuperação para os países em evolução no século XXI, a SADC precisa de explorar as TIC e promover a produção regional de TIC (produtos electrónicos), conteúdo e desenvolvimento de software. Isto permitiria um fornecimento sustentável para o mercado de produtos electrónicos regionais e forneceria a SADC com a oportunidade de ser um exportador destes produtos electrónicos para o continente e para além.
- (iv) A Pesquisa e Desenvolvimento (R&D) de TIC devem ser uma área crucial de convergência para apoiar a industrialização e melhorar as ligações entre as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (R&D) e a indústria.
- (v) O sector de TIC é um incubador para a criação e protecção da propriedade intelectual regional e para ampliar as fronteiras da inovação.

- (vi) As estratégias em electrónicas precisam, portanto, de ser reforçadas e internalizadas nas operações do sector público e privado;
- (vii) Com base nas experiências bem-sucedidas de outros lugares, a SADC deve esforçar-se para se tornar um centro de produção de TIC;
- (viii) De acordo com os padrões internacionais, a conectividade à Internet e os custos da telefonia móvel na região da SADC são elevados e é necessário tomar medidas para reduzir estes custos através de investimentos específicos em instalações de TIC, incluindo a presença de operadores adicionais e o aumento da concorrência no sector;
- (ix) A SADC deve pôr em prática medidas para melhorar a oferta e a qualidade de competências em TIC na região.

(A.5) Abastecimento de Água

A gestão e o desenvolvimento de água e saneamento estão entre os elementos críticos do desenvolvimento industrial. A industrialização, e a urbanização associada com esta, também têm repercussões ambientais significantes. O consumo de água vai aumentar exponencialmente em resposta à expansão industrial e ao consumo relacionado com os níveis de receita do pessoal empregado nas indústrias, um problema que será agravado do lado do abastecimento pelas mudanças climáticas.

- (i) É portanto importante acelerar a implementação do Programa Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas de Abastecimento de Água da SADC (SWIDP) tomando em consideração as provisões da Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas para o Sector Hídrico.

(B) Desenvolvimento de Competências

Um acréscimo das despesas com a educação académica formal é uma condição necessária mas não suficiente para a industrialização.

A educação é fundamental e deve ser readaptada para colmatar a vala tecnológica entre a região da SADC e os seus concorrentes internacionais. Uma economia com base no conhecimento exige um alto nível de formação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) assim como fortalecendo a inovação e traduzindo esta capacidade em venturas empresariais.

Para apoiar a industrialização, os sistemas de educação precisam, sem qualquer dúvida, de serem reestruturados e readaptados com foco nas competências

técnicas e profissionais de todos os tipos, especialmente as adequadas a uma economia moderna de conhecimento.

Todos os Estados Membros da SADC dedicam uma parte substancial das despesas públicas à educação formal. Apesar disto, todos os países têm dificuldades graves nas áreas de competência, o que implica que as prioridades de educação precisam de ser revistas com mais recursos a serem disponibilizados para a formação profissional de todos os tipos, especialmente aqueles necessários em indústrias e ocupações de tecnologia média e avançada.

- (i) O sistema de educação deve ser reformado para garantir que os jovens sejam treinados – e treinados de novo – para poderem responder às necessidades dos negócios modernos e da administração pública, com foco específico nas matemáticas, ciências e disciplinas de tecnologia e inovação;
- (ii) O ensino superior deve produzir quadros graduados de qualidade nas disciplinas de CTEM;
- (iii) Centros de excelência e especialização regionais devem ser identificados e fortalecidos e novos centros devem ser estabelecidos onde for necessário;
- (iv) As universidades, e outras instituições de ensino superior, devem ser incentivadas a criar laços estreitos com as comunidades empresariais e industriais e estas últimas devem ser consultadas sobre a elaboração de currículos;
- (v) Os empregadores devem ser incentivados com isenções fiscais ou subsídios definitivos para intensificarem os seus programas de formação no local de trabalho e apoiarem a pesquisa e o desenvolvimento.
- (vi) Os Estados Membros devem facilitar a circulação de factores de produção - capitais e competências - no seio da Região da SADC. Para o efeito, urge efectuar uma auditoria de competências ao nível regional e criar estruturas de acreditação mutuamente acordadas como elementos importantes da disponibilidade de recursos fundamentais e do aumento da produtividade.

(C) Financiamento

Para superar os graves constrangimentos impostos pelos défices de infra-estrutura e de competências, os governos terão de voltar a requerer os seus programas de gastos públicos para dar uma maior prioridade ao investimento público e privado em infra-estrutura física e desenvolvimento do capital humano. Em parte, isto irá depender da vontade de governos e dos eleitorados para abraçar o paradigma da mudança na forma de um interruptor de crescimento económico liderado pelo consumo de expansão impulsionado pelo investimento.

3.4 Desenvolvimento Industrial

A colocação da industrialização em primeiro plano deve ser uma função de diversificação – empresas multiplicando-se em novas indústrias, utilizando novos processos e fabricando novos produtos de melhor qualidade destinados aos mercados interno e externo.

A projecção da política industrial no contexto da integração regional é uma questão complexa, devido à diversidade económica dos Estados Membros, em termos de estrutura, riquezas naturais, tamanho e abordagens à política regional. A política industrial regional não deve concentrar-se apenas na produção e troca de bens físicos. Os serviços ligados à industrialização são componentes importantes. No entanto, a adequação de uma política industrial regional é julgada por uma série de parâmetros, nomeadamente:

- Eficácia na resposta às preocupações comuns e transversais;
- Percepções potenciais através da incorporação de desafios e oportunidades presentes e futuras;
- Inclusão de medidas micro e macroeconómicas de apoio à indústria de um modo integrado;
- Igualdade na partilha de ganhos e obrigações;
- Compromisso demonstrado pelos Estados Membros para o desenvolvimento de políticas e estratégias industriais comuns.

Em última análise, a industrialização é uma função da diversificação – empresas que empreendem novas indústrias, que produzem produtos novos e diferentes, usando técnicas novas e mais sofisticadas. Nos mercados do século XXI a procura está a crescer cada vez mais rapidamente para produtos mais sofisticados do que os tradicionais – testemunhamos, por exemplo, o crescimento explosivo dos mercados da SADC para telefones celulares e outros aparelhos electrónicos. A entrada nestas indústrias é difícil mas há um potencial enorme para esta indústria na SADC através da exploração de uma abordagem à fabricação por tarefas e integração nas cadeias de valor globais e regionais.

A diversificação económica é um processo de descoberta que depende da estreita colaboração entre os sectores públicos e privados.

A política de diversificação deveria ser fundada em estreito diálogo com o sector empresarial para identificar projectos, produtos e processos que ampliem a base industrial e impulsionem as economias até à adição de valor e às escadas da tecnologia. Os Estados Membros devem estabelecer grupos de trabalho extraídos dos sectores públicos e privados encarregados com a identificação de novos produtos e processos que se “encaixem” na vantagem comparativa real e nascente

do país. Em colaboração com os decisores de políticas do sector privado devem gerar uma lista de projectos de diversificação industrial, identificando também aqueles para os quais existe potencial para desenvolver cadeias de valor globais e regionais.

(i) As novas actividades devem satisfazer quatro (4) critérios principais:

- Oferecer emprego em grandes números a trabalhadores não qualificados e que em grande parte abandonaram a agricultura devido ao aumento da produtividade nesse sector;
- Ter produtividade mais elevada do que a existente ou reduzir sectores;
- Os decisores políticos devem tomar nota dos riscos inerentes a projectos tecnologicamente demasiado avançados em termos de recursos humanos e financeiros para um país no seu actual estágio de desenvolvimento. As actividades em que os países e empresas gozam de uma vantagem comparativa e competitiva têm mais possibilidades de ser bem-sucedidas do que aquelas que requerem um conjunto de competências completamente novo;
- Os projectos devem ser economicamente e financeiramente viáveis a prazo médio.

Grande parte da indústria da SADC, à excepção da África do Sul, está envolvida na produção de bens essenciais para o mercado de consumo. Um elemento central da estratégia de diversificação deve ser a reestruturação industrial com um impulso para a fabricação de bens intermediários e de capital, nomeadamente engenharia, máquinas-ferramentas e sistemas de produção de alta tecnologia. A harmonização de tais projectos na região é desejável para garantir as economias de escala necessárias enquanto, ao mesmo tempo, edificar as ligações transfronteiriças necessárias para o fornecimento de contributos.

(ii) Deve ser dada atenção especial à manufactura por tarefas na produção de diversos produtos na região por meio da participação nas cadeias de valor globais e regionais. Este esforço corresponde a uma maior integração regional, já que a adesão a uma ZCL facilita o desenvolvimento de cadeias de valor além de proporcionar oportunidades para que os Estados Membros mais pequenos e menos desenvolvidos obtenham benefícios concretos da sua filiação na SADC.

3.5 Rotas de Crescimento Potenciais

São priorizadas três rotas de crescimento mutuamente compatíveis – a transformação de produtos agrícolas, a beneficiação e transformação de minerais, a jusante e maior participação nas cadeias de valor a nível nacional, regional e mundial.

Tradicionalmente, existem cinco principais trajectórias potenciais de crescimento para as economias emergentes que procuram gerar resultados rápidos e o crescimento no emprego, ao mesmo tempo que aliviam a pobreza e reduzem a desigualdade dos rendimentos: a impulsionada pela demanda interna; a liderada pela agricultura; a liderada pelos recursos naturais; a liderada pelas exportações; e a liderada pelos serviços. Como parte do processo de globalização, surgiu, nos últimos 25 anos, uma sexta opção, ou seja, a participação em cadeias de valor.

Reconhece-se que a maior parte das medidas políticas pragmáticas serão implementadas ao nível nacional e não regional. No contexto de desenvolvimento da SADC e com base em recentes experiências aos níveis regional e global, a Estratégia Industrial identifica três prioridades bem definidas para uma industrialização acelerada, a saber:

- **O crescimento liderado pela agricultura**, incluindo as cadeias de valor agrícolas;
- **O crescimento liderado pelos recursos naturais**, incluindo a beneficiação e processamento de minerais, ligando também às cadeias de valor, regionais e globais, e
- A participação melhorada nas **cadeias de valor nacionais, regionais e globais**.

Estas três estratégias prioritárias são mutuamente compatíveis. Os decisores políticos não têm de escolher entre estas. Os projectos em todas as três estratégias podem ser implementados simultaneamente, sujeito à sua viabilidade financeira e à sua competitividade regional e/ou mundial.

A. Transformação de produtos agrícolas

O aumento da produtividade agrícola e produtos de melhor qualidade são fundamentais para o desenvolvimento da agro-indústria e das cadeias de valor com

base na agricultura. Assim, as políticas agrícolas não podem ser desenvolvidas de forma isolada da estratégia de industrialização. Um sector agrícola vibrante irá estimular a produção nacional e regional de contributos essenciais – fertilizantes, máquinas agrícolas, embalagens e serviços de apoio.

A produtividade na agricultura é mais baixa – frequentemente muito mais baixa do noutros sectores. A maioria da população vive em áreas rurais, o desemprego, o emprego de baixa utilização e as taxas de pobreza são mais elevadas do que na economia urbana, enquanto a infra-estrutura está muito aquém dos níveis necessários para apoiar uma economia agrícola próspera. Existem pois razões sérias que justificam uma estratégia de industrialização rural para instalar indústrias de processamento de produtos agrícolas em áreas rurais, facilitar o estabelecimento de agrupamentos industriais rurais e tornar a agricultura e o processamento de produtos agrícolas em profissões atractivas para as venturas comerciais futuras e para a juventude.

É improvável que venha a haver uma revolução industrial na SADC sem o crescimento rápido da produtividade sustentada na agricultura.

- (i) O crescimento da produtividade na agricultura deverá ser vigorosamente promovido em todas as gamas de produtos, incluindo os contributos, como proposto na Política Agrícola Regional da SADC como componente integral do fornecimento prévio industrial;
- (ii) A adição de valor na agricultura e a participação nas cadeias de valor agro-industriais são muitas vezes impedidas pela falta de produtos padronizados, perdas de pós-colheitas, instalações de serviços de comercialização e infra-estrutura inadequadas e insuficiente informação do mercado. Para promover o crescimento das operações agro-industriais, estas deficiências devem ser abordadas urgentemente e de modo coerente;
- (iii) Os processos e as capacidades de produção agro-industrial requerem actualização em termos de qualidade e modernização dos sistemas de produção para garantir a sua conformidade com as normas internacionais.

B. Beneficiação de Minerais e Processos a Jusante

A produção de recursos e os rendimentos per capita, na SADC, estão estreitamente correlacionados. Os países da SADC deverão explorar totalmente a vantagem comparativa das indústrias intensivas em recursos, por meio de beneficiação e agregação de valor garantindo, ao mesmo tempo, que a base industrial é actualizada e diversificada por processamento intensificado a jusante e relações comerciais.

A produção de recursos e os rendimentos per capita, na SADC, estão estreitamente correlacionados. A parcela da saída de recursos no PIB é maior nos países mais pobres sublinhando a necessidade de agregar valor à produção primária de recursos por meio da beneficiação dos minérios e agregação de valor a jusante.

... mas a beneficiação requer grandes investimentos ... e políticas pertinentes sobre a exploração dos recursos, a promoção de interligações e o reinvestimento dos rendimentos dos recursos naturais, através da criação de Fundos Soberanos.

- (i) Os projectos principais de beneficiação de minérios requerem grandes investimentos mas também podem depender da cooperação transfronteiriça no sector de transportes ou infra-estrutura de energia e fornecimento de contributos. A SADC deve facilitar o investimento em infra-estruturas transfronteiriças necessárias para o desenvolvimento de tais projectos.
- (ii) A SADC deve negociar com os mercados de destino a promoção da «beneficiação na fonte» dentro da Região da SADC;
- (iii) A política para a beneficiação de minérios e acréscimo de valor a jusante deve prestar atenção especial a quatro aspectos fundamentais seguintes:
 - (a) Devem ser promovidas políticas específicas para a exploração de recursos naturais, incluindo a provisão de competências específicas de recursos e de infra-estruturas, a disponibilidade de contributos (fertilizantes, serviços de engenharia), questões de propriedade e gestão da terra e da legislação sobre a exploração e aproveitamento de recursos;
 - (b) A promoção de ligações, incluindo a colaboração regional transfronteiriça, entre empresas, indústrias e sectores ao longo da cadeia de valor da transformação de produtos primários, incluindo as ligações a montante para o fornecimento de factores de produção;
 - (c) A optimização de receitas, incluindo tributação de recursos e de lucros, a gestão dos fluxos de receitas voláteis, a prevenção da «doença holandesa» da sobrevalorização da moeda e os regulamentos sobre o meio ambiente e sua implementação;
 - (d) a criação de fundos soberanos com o objectivo específico de reforçar capacidades para além do sector de recursos naturais, através do reinvestimento dos rendimentos minerais em infra-estruturas e no desenvolvimento do capital humano, juntamente com o financiamento

de projectos de industrialização a jusante, ligados à dotação dos recursos naturais de um país.

- (iv) Os países da SADC devem explorar plenamente as vantagens comparativas nos sectores intensivos em recursos através da beneficiação e do acréscimo de valor, ao mesmo tempo que se toma em conta a necessidade de transformar a base industrial, através do processamento e interligações intensificados a jusante;
- (v) As receitas provenientes das exportações de minerais beneficiados necessitam de ser reinvestidas na modernização do sector de recursos naturais e aproveitadas para propiciar a promoção e a diversificação industriais;
- (vi) A cooperação regional no domínio da exploração dos recursos naturais, que muitas vezes se estende para além das fronteiras de cada país, é essencial, notavelmente nas áreas da partilha de tecnologias e de competências, de serviços de infra-estruturas interligadas e de fornecimento de factores de produção;
- (vii) Avaliar o ambiente relacionado com contratos a prazo ligados ao sector mineiro, a fim de aferir o âmbito e a visibilidade do acréscimo de valor e da beneficiação dos minérios.

C. Desenvolvimento da Cadeia de Valor

A participação em cadeias de valor é um elemento crucial da estratégia de industrialização, na medida em que tem o potencial para alargar as possibilidades de produção e permitir a utilização transfronteiriça de recursos humanos e naturais da Região.

O desenvolvimento da cadeia de valor transfronteiriço depende de uma série de factores, incluindo o transporte eficiente e de baixo custo e logísticas fronteiriças simplificadas, assim como a erradicação de obstáculos ao comércio «por detrás da fronteira».

Mais importante ainda os decisores políticos devem procurar assegurar que as empresas e indústrias da SADC podem progredir ao nível tecnológico elevado para evitar ficarem bloqueados indefinidamente em tecnologia inferior, em actividades não especializadas em que é utilizada baixa tecnologia e são praticados baixos salários.

Para este efeito:

- (i) A política deve ser específica à cadeia de valor. Os órgãos de tomada de decisão de políticas devem, em estreita colaboração com industriais e empresários, identificar a fase ou fases da cadeia de valor em que as empresas são mais competitivas;
- (ii) Os decisores de políticas precisam de se assegurar que a política específica da cadeia de valor não cria perdas noutras indústrias ou sectores da economia. A política deve maximizar os ganhos nacionais e não os ganhos de um sector, indústria ou empresa específica;
- (iii) Um compromisso potencial é o que pode ocorrer entre uma estratégia de resultados diminutos de acesso fácil e rápido através da participação de tecnologia inferior, fase de emprego elevado na cadeia de valor, como caminho para a modernização subsequente com competências melhoradas e actividades de maior agregação de valor;
- (iv) Quando as cadeias de valor são dominadas por empresas estrangeiras compradoras – como as grandes redes de supermercados no caso da transformação de produtos agrícolas – a capacidade, para as empresas pequenas e médias da SADC poderem actualizar-se e diversificar, pode ser severamente limitada;
- (v) As estratégias de redução de custos de mão-de-obra por meio da redução de salários («*low road*») podem promover as políticas da «corrida para o abismo» em termos das condições de trabalho por parte das empresas em diferentes países, sem desenvolver a capacidade de modernização e diversificação. Os Estados Membros devem desenvolver substancialmente as suas capacidades para a modernização e diversificação das cadeias de valor com a estreita participação das firmas e das empresas, tal como estabelecido no Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial da SADC (IUMP);
- (vi) A estrutura das cadeias de valor deve ajudar a formular estratégias sectoriais regionais para o desenvolvimento de bens de capital, para fluxos de factores de produção intermédios, e atender a questões comuns tais como o ambiente e a saúde. Em particular, deve ser prestada uma atenção especial ao desenvolvimento de produtos farmacêuticos;
- (vii) A política deve ser sequenciada para assegurar que existe uma «estratégia de saída» da «corrida para o abismo» para as actividades de alta tecnologia;
- (viii) Os Estados Membros da SADC precisam de redobrar os seus esforços para combater os obstáculos «para além das fronteiras» ao comércio intra-regional e ao desenvolvimento da cadeia de valor regional. Estas reformas são

essenciais para assegurar a competitividade nos mercados nacionais, regionais e mundiais, especialmente num momento em que os contratos de terceirização estão a aumentar rapidamente;

- (ix) A SADC deve elaborar um modelo de legislação e regulamentação para o processamento e agregação de valor intra-SADC, a par de um protocolo para garantir certeza, previsibilidade, transparência e protecção ao investidor;
- (x) Os Estados Membros devem criar mecanismos adequados para a realização de consultas relacionadas com a operacionalização das cadeias de valor regionais.

3.6 Um Pacto para a Industrialização – O Papel do Estado e o Envolvimento do Sector Privado

A. O Papel do Estado

O papel central do Governo consiste na criação de um ambiente político e regulatório favorável a uma industrialização acelerada, com particular destaque para a eliminação dos constrangimentos incontornáveis em relação a infra-estruturas, ao desenvolvimento de competências e aos financiamentos.

O papel do Estado consiste em facilitar a criação e o crescimento de empresas e indústrias que irão explorar a vantagem comparativa de um país. A política industrial moderna é baseada num papel de desenvolvimento reforçado para o governo. Para o efeito, a política industrial deve constituir uma plataforma central da estratégia nacional de desenvolvimento. O Estado deve assumir funções de liderança na elaboração de estratégias para o crescimento inclusivo e sustentável a longo prazo, através da elaboração da estrutura económica, a criação de mais postos de trabalho, redução da desigualdade, fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento e melhoramento da produtividade geral da economia.

O Governo deve igualmente assumir a liderança na construção de infra-estruturas industriais, tais como parques industriais para apoiar o desenvolvimento de clusters, assim como investir na investigação e desenvolvimento na área do desenvolvimento industrial e inovação.

O principal papel de desenvolvimento a ser desempenhado pelo Estado em matéria de industrialização compreende:

- (i) A criação de um ambiente político e regulatório favorável para o desenvolvimento industrial, no contexto da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC;

- (ii) A adopção de políticas comerciais e de concorrência que melhoram simultaneamente o acesso ao mercado, restringem o poder do mercado e criam condições para a promoção de emprego e da capacidade industrial;
- (iii) Dar resposta a questões de capacidade para aprofundar a base tecnológica local e desenvolver e manter as capacidades de inovação. Isto implica uma intervenção significativa e encorajamento por parte do governo. Máxima prioridade deve ser dada ao ensino técnico, desenvolvimento de competências e melhoria contínua de produtividade;
- (iv) A facilitação do financiamento de projectos industriais;
- (v) O fortalecimento da capacidade institucional para a indústria e comércio. Os governos devem examinar de novo as políticas e instituições que promovem a aprendizagem e adaptação tecnológica e organizacional como processos complementares;
- (vi) A criação de zonas industriais e apoio a centros industriais e geográficos;
- (vii) O apoio à Pesquisa e Desenvolvimento para o desenvolvimento industrial e inovação.
- (viii) Promover a sustentabilidade ambiental através da incorporação de princípios ambientais (protecção de ecossistemas, adaptação e mitigação das alterações climáticas, economia verde e azul) no desenvolvimento industrial e na inovação.

B. O Papel do Sector Privado

O sector privado deve ser consultado e envolvido na implementação da estratégia de industrialização. As parcerias público-privadas são cruciais para a identificação e flexibilização das restrições ao crescimento empresarial e de emprego e para a melhoria do clima para o exercício da actividade empresarial e para a atracção de investimento.

Dados os desafios multifacetados da industrialização no século XXI é essencial uma forte aliança entre os governos, o sector privado e a sociedade civil. O motor do progresso será o sector produtivo, movido pela dinâmica do empreendedorismo, inserido no contexto de um estado de desenvolvimento.

- (i) O sector privado deve ser consultado e envolvido na implementação da Estratégia Industrial da SADC e Roteiro. Os Estados Membros devem adoptar programas de consciencialização aos níveis nacional e regional para

assegurar a sensibilização e participação do sector privado na implementação da estratégia de industrialização;

- (ii) Os governos devem estabelecer uma plataforma para o diálogo público-privado sobre a política industrial e a sua aplicação, por meio do qual os líderes empresariais dos Estados Membros podem participar na elaboração das políticas regionais. Esta organização não só terá interesse numa colaboração transfronteiriça em infra-estrutura, desenvolvimento de competências, agregação de valor e participação na cadeia de valor, mas constituirá também um fórum em que os debates políticos se podem traduzir em empreendimentos transfronteiriços conjuntos. Os governos devem igualmente criar incentivos para uma participação inclusiva das empresas num contexto regional;
- (iii) O sector privado deverá ser envolvido em auxiliar o Estado na eliminação de obstáculos à realização de negócios, aconselhando os decisores de políticas dos problemas principais que encontram nas suas operações do dia-a-dia;
- (iv) Um programa de capacitação deliberada, monitorizado de perto, deve ser desenvolvido para o sector privado para melhorar as competências empresariais e gerenciais, aumentando assim a produtividade e a competitividade;
- (v) Visto que as associações empresariais do sector privado na SADC são, na sua maioria, frágeis e dispõem de recursos insuficientes, existem motivos fortes para criar e/ou fortalecer as associações empresariais ao nível regional. Devem ser criados centros nacionais de ideias com capacidade de investigação devem incentivar e dirigir o diálogo público-privado sobre questões relacionadas com políticas de todos os tipos. Os papéis previstos para tais instituições incluem a monitorização do progresso da industrialização na região da SADC, fornecendo as conclusões das pesquisas realizadas e conselhos aos decisores políticos e aos sectores público e privado nos Estados Membros para assegurar assim que a transformação e a modernização da economia são mantidas na vanguarda da sensibilização e debate público;
- (vi) Muitas das economias da SADC mostram um fraco desempenho relativamente aos indicadores da Facilidade de Fazer Negócios e de Concorrência. Os Estados Membros devem utilizar os relatórios anuais e as tabelas de classificação para estes dois indicadores como base para melhorar os seus desempenhos através da implementação de reformas que tenham sido bem-sucedidas em países concorrentes em todo o mundo. Os Estados Membros podem querer estabelecer os seus próprios sistemas de

avaliação comparativa para monitorizar a competitividade e a eficiência das suas indústrias.

- (vii) Tomar as medidas necessárias para garantir conformidade com os princípios ambientais, normas e regulamentos.

3.7 Integração das Questões de Género e da Juventude

A industrialização deve ser mais promissora para as mulheres e a juventude.

A participação de mulheres e jovens na transformação industrial e estrutural é um elemento importante da Estratégia.

- (i) A estratégia a longo prazo deve conter dimensões de capacitação para ampliar o alcance e a qualidade da participação das mulheres e jovens no processo da industrialização, especialmente através da melhoria do acesso a financiamento, desenvolvimento de competências, programas de apoio às pequenas e médias empresas (PME) e competências para a vida para as mulheres e jovens, especialmente nas indústrias de alta agregação de valor, em tais áreas como serviços, manufactura, horticultura, transportes, energia, agricultura e comércio.
- (ii) O desemprego juvenil e o subemprego constituem os grandes desafios para os Estados Membros da SADC, o que poderia ser abordado através do desenvolvimento da capacitação económica da juventude e programas de tutoria.
- (iii) Os sectores públicos e privados devem aumentar os seus esforços para apoiar a inovação da juventude e capacidade empresarial e criar oportunidades de emprego de qualidade para os jovens que saem da escola e para os que se encontram desempregados com um foco específico em garantir que o sistema de ensino está adaptado da melhor maneira possível para atender às necessidades da indústria moderna.

3.8 Fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas

É essencial uma estratégia integrada para o desenvolvimento das PME com foco no aumento da taxa de sobrevivência dos negócios pequenos através de programas de capacitação, acesso à informação, financiamento, ambiente favorável da política fiscal e assistência no acesso à tecnologia moderna.

As PME, um domínio em que a maioria das mulheres e jovens estão concentrados, fazem contribuições importantes para o crescimento e desenvolvimento dos países da SADC em termos de produção, emprego e fornecimento de produtos e serviços ao consumidor. Quase todos os Estados Membros têm em vigor programas e iniciativas de apoio às PME, mas estes são geralmente ineficazes na manutenção e promoção do sector. As taxas de insucesso e desistência são geralmente elevadas. Além disto, as leis, políticas e práticas existentes no acesso ao financiamento não estão suficientemente orientadas para tornar o crédito de acesso mais fácil acesso às mulheres e aos jovens. Uma estratégia para as EPM deveria portanto facilitar estas limitações.

Tendo em conta os desafios que confrontam o sector das PME – capacidade operacional; competências de gestão e empresariais limitadas; falta de iniciativa para se envolverem em empreendimentos comerciais sofisticados; falta de garantias financeiras; má qualidade de produtos e serviços; falta de informações relacionadas com o comércio e indústria; planeamento inadequado ou ausente – é óbvio que o sector das PME requer intervenções quantitativas e qualitativas substanciais.

Os países da SADC precisam de pôr em prática uma estrutura política integrada que possa ajudar a reorientar as actividades e a dirigi-las para o objectivo mais amplo da industrialização e transformação. A estratégia deve incluir o seguinte:

- (i) Política clara com foco na graduação e maior sofisticação das PME aliada à sua integração na economia em geral;
- (ii) Abordagem às desigualdades de género no acesso ao crédito, capital, terra e outros meios de capacitação económica, conforme especificado no Protocolo de Género e Política da SADC.
- (iii) Um programa de capacitação deliberado para o desenvolvimento e modernização: formação em competências empresariais e técnicas, incubação e cultura da inovação da juventude, actualização tecnológica, visitas de estudo, desenvolvimento de competências em áreas de grande importância tais como contabilidade, marketing e gestão. O programa formalizado deve estabelecer níveis de acreditação que possam permitir a mobilidade das pequenas empresas em todos os países da SADC;
- (iv) Uma política de compras e aquisição que dê prioridade às EPM locais, especialmente às EPM pertencentes a mulheres e jovens, sem comprometer a qualidade;
- (v) Medidas que reforcem os vínculos entre as grandes empresas e as PME, especialmente no que respeita aos factores de produção de bens e serviços;
- (vi) Mecanismos de financiamento que melhor respondam às necessidades e à escala de operações das PME e que possam ir para além dos bancos

comerciais, a curto prazo, ou empréstimos de microcrédito para a prestação de financiamento de médio e longo prazo;

- (vii) Os mecanismos de apoio às empresas devem, designadamente, apoiar as novas PME com melhor disponibilidade tecnológica e potencial de exportação através da disponibilização atempada de informações sobre as oportunidades dos mercados domésticos e no estrangeiro;
- (viii) Simplificação da estrutura regulatória e fiscal e criação de incentivos específicos para o desenvolvimento e crescimento das PME;
- (ix) Estabelecimento de um banco de dados do tamanho e estrutura do sector das PME, incluindo a produção, gama de produtos, emprego e exportações e um observatório de competitividade para o desenvolvimento das PME como previsto no IUMP.

3.9 Reforço da Concorrência

Na economia global altamente competitiva do século XXI, uma melhoria da competitividade, seja a nível nacional, seja a nível empresarial, é essencial para a revitalização da industrialização e a recuperação da participação no mercado perdida para concorrentes estrangeiros, especialmente da Ásia. A cooperação e o diálogo público-privados serão um subsídio essencial para a colocação da competitividade no topo da agenda da política económica.

Os países da SADC enfrentam intensa concorrência crescente em todos os produtos e mercados e mostram um desempenho inferior nas tabelas globais de competitividade. Uma melhoria em concorrência dependerá de uma conceptualização melhorada da política macroeconómica assim como da diversificação e melhoria da qualidade da produção, com maior sofisticação tanto a nível de processos como dos produtos e actualização tecnológica. O aumento da competitividade é fundamental para a transformação da região da SADC para avançar, da dependência de recursos naturais e indústrias de baixa tecnologia, para a produção e exportações de tecnologia de nível médio a elevado. A estratégia reconhece a importância dos clusters nacionais e transfronteiriços, da produção especializada e das zonas de exportação, incluindo parques industriais, como meios para promover a competitividade e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

- (i) Os Estados Membros devem pôr em prática uma série de medidas de grande alcance para melhorar a competitividade, tanto a nível da empresa como a nível nacional, incluindo o investimento em infra-estrutura, o desenvolvimento e aumento da mobilidade de competências, estabelecer e reforçar a produtividade, instituir qualidade e melhorar as logísticas;

- (ii) Uma parceria para melhorar a competitividade requer uma estreita cooperação e diálogo entre os sectores público e privado;
- (iii) Uma estratégia consistente para melhorar a eficiência através de políticas específicas em matéria de ensino superior, eficiência dos mercados de mercadorias e trabalho, receptividade do mercado financeiro, preparo tecnológico e medidas especificamente orientadas para a ampliação dos mercados para as empresas. Para este fim, o ambiente macroeconómico das firmas e empresas deve ser melhorado de modo célere e eficaz, designadamente mediante a eliminação dos constrangimentos comerciais e uma maior participação nas cadeias de valor nacionais, regionais e globais;
- (iv) Altos níveis de inovação e sofisticação empresarial são característicos de destaque das economias bastante avançadas. Devem ser elaboradas políticas para aumentar o investimento com base no conhecimento e nas indústrias de alta tecnologia para fechar as lacunas de tecnologia e conhecimento entre as economias da SADC e as de outros países tais como os do Oriente, Sul da Ásia e América Latina;
- (v) Reconhecendo que o sucesso das exportações do século XXI depende da qualidade, preço, eficiência de entrega e marketing direccionado, as políticas para a expansão das exportações devem-se concentrar no fornecimento de produtos de qualidade e na melhoria dos processos de produção. Uma estrutura macroeconómica favorável e medidas activas de facilitação do comércio irão facilitar e sustentar imenso o crescimento apoiado pelas exportações;
- (vi) A competitividade regional e internacional é uma função da qualidade do desenho do produto, embalagem e entrega. As entidades responsáveis pelo estabelecimento de padrões devem ser capacitadas, em termos de competências e financiamento, para assistir as empresas a aumentar a qualidade dos seus produtos e serviços;
- (vii) Um instrumento da SADC para resolver questões de qualidade está já em vigor, sob a forma do Programa de Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia (SQAM), que carece de recursos e deveria ser reforçado;
- (viii) Os países da SADC devem elevar o papel da competitividade como factor dinamizador económico nos seus programas de desenvolvimento.

3.10 Assegurar a Sustentabilidade Ambiental (Economia Verde e Azul)

A região da SADC devem promover a industrialização inclusivo e sustentável, tendo em conta as iniciativas sobre a economia verde e azul.

A. Economia Verde

A região da SADC deve implementar o Plano de Acção e a Estratégia Regional da Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável, que procura gerar uma transformação importante, económica, tecnológica e sustentável capaz de catalisar a transformação socioeconómica da região da SADC. A estratégia deve ter como objectivo melhorar o bem-estar humano e o crescimento económico a longo prazo, minimizando, ao mesmo tempo, a exposição das gerações actuais e futuras a riscos ambientais significantes e escassez e externalidades ecológicas. Os principais componentes da Estratégia devem incluir:

- (i) A adopção e promoção de tecnologias de produção, processos e práticas que melhorem a eficiência de recursos; promovam a sustentabilidade ambiental; sejam de carbono baixo, enquanto resilientes e adaptáveis aos efeitos das mudanças climáticas; e
- (ii) A adopção e promoção de padrões de produção, consumo e distribuição de mercadorias e serviços que maximizem a eficiência do uso dos recursos, minimizando o desperdício de recursos e resíduos industriais dos processos de produção.

B. Economia Azul

A SADC deve explorar o enorme potencial oferecido pelos seus recursos oceânicos no âmbito da Iniciativa da Economia Azul, a fim de catalisar a industrialização e a transformação económica. As oportunidades no âmbito da Iniciativa da Economia Azul incluem: pesca, transporte marítimo, recreação, segurança marítima, energia renovável, exploração mineral e de petróleo, entre outras. Para este efeito:

- (i) A Iniciativa da Economia Azul deverá ser integrada no desenvolvimento da infra-estrutura necessária para acelerar a industrialização. Em especial, o investimento no desenvolvimento e modernização dos portos regionais e corredores marítimos é crucial para facilitar as redes de transporte viáveis como impulsionadores instrumentais para a participação nas cadeias de valor globais e regionais.
- (ii) Os recursos oceânicos também devem ser explorados de forma sustentável, a fim de minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente.

- (iii) O desenvolvimento sustentável e o crescimento da riqueza oceânica devem ser apoiados por um planeamento coerente e estruturas políticas e regulatórias.

3.11 Cenários de Crescimento e Prazos

A estratégia da industrialização deve ser interpretada numa perspectiva operacional para abranger os anos de 2015 a 2063. Durante este período, as economias da SADC superarão os seus constrangimentos incontornáveis ao desenvolvimento e passarão, paulatinamente, pelas fases de crescimento, que vão desde as impulsionadas por factores às impulsionadas pelo investimento e pela eficiência e entrarão, por último, numa trajectória de alto crescimento impulsionada pelo conhecimento, inovação e sofisticação empresarial. A Região da SADC será assim completamente transformada e tornar-se-á um importante actor no cenário continental e global.

Dadas as condições iniciais que limitam o desenvolvimento da SADC, especialmente no campo da produção e factores de produtividade, assim como as classificações de competitividade inadequadas, uma perspectiva geracional, ao longo do período 2015-2063, poderia ajudar os países a alcançar as suas metas de desenvolvimento a longo prazo e a convergência regional. O impulso principal dos cenários é graduar os países da SADC da impulsão de factor à impulsão por investimento e, finalmente à fase avançada da inovação de alto desenvolvimento de acordo com as fases de competitividade. Assim, podem ser considerados três cenários de crescimento em cascata.

1. Fase I: Anos 2015-2020
2. Fase II: Anos 2021-2050
3. Fase III: Anos 2051-2063

A primeira fase abrange o período restante do RISDP até 2020. A segunda fase, que abrange 30 anos, constitui um período de desenvolvimento robusto para estabelecer um forte impulso para a competitividade. A terceira fase é final, que abrange 13 anos, edifica-se para convergir com a Agenda 2063 a longo prazo da União Africana e cruza para uma fase de país totalmente desenvolvido.

Fase I: Anos 2015-2020

Esta fase, que coincide com a implementação do RISDP revisto (2015-2020), deve ser baseada na consolidação e realização da agenda restante e que estabelece bases sólidas para o desenvolvimento a longo prazo. Os instrumentos do alvo e os impulsionadores primários desta fase devem incorporar os elementos seguintes:

- (i) Uma estratégia de crescimento, com base na transformação da base produtiva e da equidade social.
- (ii) Esforços orientados e melhorados para aumentar a qualidade do capital humano e da produtividade da mão-de-obra.
- (iii) Aprofundamento da integração e cooperação regional.
- (iv) Esta fase deve também testemunhar a articulação de uma nova geração da Visão da SADC para 2020-2050, com premissa na competitividade avançada e desenvolvimento económico auto-sustentável.

Durante esta fase os países da SADC deviam orientar-se para alcançar a meta de crescimento do rendimento *per capita* de cerca de 6 por cento, anualmente, para alcançarem o rendimento mais baixo vinculado à fase impulsionada por factores de US\$ 2.000.

Fase II: Anos 2021-2050

O cenário de Fase II deve ser elaborado como uma continuação da Fase I. Durante este período, a economia deverá passar da fase de impulsão de factor para a fase de impulsão da eficiência. Deve concentrar-se na diversificação e na produtividade dos factores e sectores e competitividade, em estreita parceria entre o governo e o sector privado, tanto nacional como estrangeiro. A concretização do PIB *per capita* **alvejado** de USD 9.000, até 2050, passaria necessariamente pela concretização de uma taxa de crescimento *per capita* de 8%, por ano, de 2020 em diante.

Fase III: Anos 2051-2063

Durante esta fase, a economia continuará a transformar-se com a sua força baseada em níveis elevados de inovação e sofisticação empresarial. Para se alcançar esta situação, o PIB per capita precisa de aumentar de US\$ 9.000 em 2050 para US\$ 17.000 até 2063, significando um crescimento de receitas anualmente de cerca de 5 por cento. Isto exigiria um aprofundamento do foco e o aumento do investimento em conhecimento, desenvolvimento de competências e aptidões únicas, o estímulo e a promoção da inovação, patrocínio de empresas competitivas e aprofundamento da cultura empresarial.

As três fases podiam ser devidamente desenvolvidas numa série de planos a médio prazo, que, em cascata formariam um todo consistente.

3.12 Planificação do Investimento

O planeamento de investimentos a longo prazo para apoiar as três fases deve tomar em consideração as dimensões seguintes:

- (1) A implementação da estratégia é primariamente da responsabilidade de cada um dos Estados Membros;
- (2) O desenvolvimento das redes regionais de infra-estrutura (rodovias, ferrovias, instituições de pesquisa, etc.) é uma responsabilidade partilhada;
- (3) O desenvolvimento das cadeias regionais de valor (RVCs) e «clusters» industriais são uma responsabilidade conjunta dos governos e do sector privado, apoiados pelos bancos nacionais e regionais;
- (4) A definição de prioridades dos projectos deve ter como base a importância estratégica nacional e/ou regional (por exemplo, beneficiação do minério), a interdependência regional (ex. projectos baseados nas contribuições para a economia regional nomeadamente: indústria transformadora, agricultura e construção), acréscimo de valor e o potencial de contribuir para a criação de emprego;
- (5) A fórmula para partilhar dos custos (incluindo riscos) e retornos deve ser acordada;
- (6) As áreas que se atrasam devem receber atenção especial.

3.13 Mobilização de Recursos Financeiros para Estratégia de Industrialização

Numa economia regional em recuperação, os Estados Membros devem aumentar as poupanças e os investimentos em termos de percentagem do PIB para os níveis alcançados pelos países asiáticos que servem de elementos de comparação. Não se assistirá a uma revolução industrial na SADC sem um investimento substancialmente elevado em infra-estruturas, um aumento do capital social e a disponibilização das competências em alta tecnologia necessárias na indústria moderna.

As poupanças existentes e os níveis de investimento na região da SADC estão muito aquém do que será necessário para impulsionar a transformação estrutural, a diversificação económica e a redução da pobreza. Dado o estado actual, e provavelmente futuro, da economia global, os países da SADC não podem contar com poupança externa para compensar as deficiências da poupança interna.

Numa economia regional de recuperação, os níveis de investimento da região terão de ser, pelo menos, de 30% do PIB, o que não será alcançado sem o aumento da poupança interna. Os Estados Membros devem procurar aumentar as suas poupanças e taxas de investimento para os níveis alcançados pelos países que

servem de elementos de comparação, razão pela qual os governos terão de ampliar o espectro das políticas pró-poupanças, incluindo a criação de fundos soberanos, se for o caso, para fechar a lacuna da poupança e alcançar investimentos directos do estrangeiro (FDI) de qualidade, a atracção de rendimentos de remessas e o financiamento dos parceiros de desenvolvimento internacionais.

Os recursos necessários poderão ser mobilizados de fontes internas e externas:

A. Fontes Domésticas

Podem ser aproveitadas oito fontes internas:

- (a) o sistema fiscal interno: tributação;
- (b) o sector financeiro;
- (c) os mercados de capital;
- (d) os fundos de investimento privados;
- (e) parcerias público-privadas;
- (f) Fundo de Desenvolvimento da SADC;
- (g) fundos soberanos;
- (h) remessas (transferências);
- (i) poupanças institucionais, incluindo os Fundos de Pensões.

A exploração do potencial destas fontes exigirá reformas profundas do sector financeiro, mecanismos inovadores e estruturas eficazes para maximizar e manter o alto nível de recursos necessários para a industrialização.

Há um papel para os Fundos Soberanos nas economias ricas em recursos para garantir que os rendimentos dos minerais, petróleo e gás não são repatriados ou gastos internamente no consumo, mas mobilizados e utilizados para financiar investimentos em infra-estruturas, competências e projectos industriais.

- (i) As reformas financeiras e monetárias em vigor devem ser reforçadas e aprofundadas com a convergência melhorada sobre o financiamento para o desenvolvimento industrial, incluindo a melhoria do acesso das PME.
- (ii) Os mercados de capital devem ser aprofundados com foco específico na provisão de recursos de médio e longo prazo para a indústria, incluindo a

utilização de veículos de financiamento inovadores e de poupanças institucionais, tais como fundos de pensões;

- (iii) As bolsas de valores devem aumentar o número de empresas listadas, facilitando o acesso às empresas médias e expandindo as suas novas operações de levantamento de capital;
- (iv) O reforço da articulação entre as bolsas de valores da SADC devia ser encorajado com o objectivo de criar uma bolsa de valores regional a médio prazo;
- (v) As empresas de investimentos privados devem ser encorajadas e capacitadas para ampliar as suas carteiras de investimento através do investimento em áreas como as PME e os negócios agrários;
- (vi) Devem ser desenvolvidas estruturas de remessas com mecanismos de transferência e incentivos claros para facilitar a mobilização de poupanças significantes da Diáspora;
- (vii) As parcerias público-privadas, incluindo a participação estrangeira, poderiam ser usadas para estimular, de modo significativo, a implementação de grandes projectos de infraestrutura e industrialização;
- (viii) Os fundos soberanos devem ser usados pelos Estados Membros da SADC, ricos em recursos, para promover a diversificação da economia em manufactura e serviços através da transferência de recursos das indústrias com recursos em vias de se esgotarem, reduzindo assim a dependência do financiamento externo a longo prazo;
- (ix) Um Fundo de Desenvolvimento Regional com bons recursos é um pré-requisito para a industrialização regional acelerada. O Fundo de Desenvolvimento da SADC, como planeado, deve ser operacionalizado urgentemente como banco de desenvolvimento regional com capacidade para atrair financiamento internacional.

B. Recursos Externos

Os recursos internos podem ser complementados, de modo significativo, com financiamento externo.

- (i) A ajuda externa, incluindo a assistência técnica, deve ser orientada para o aprovisionamento prévio de industrialização e, geralmente, como apoio às prioridades regionais;
- (ii) Para assegurar a eficácia e a atribuição de responsabilidade, a assistência do estrangeiro deve ser cuidadosamente monitorizada e avaliada de maneira igual pelos doadores e beneficiários;

- (iii) Os investimentos directos do estrangeiro (FDI) desempenham um papel crucial na transferência de tecnologia e no desenvolvimento das cadeias de valor globais e regionais. Para aumentar os FDI, os países da SADC devem melhorar, substancialmente, o seu ambiente de negócios, tornando o espaço regional mais atraente para os investidores estrangeiros;
- (iv) Os imperativos de competitividade ditam que os países devem ser altamente selectivos na obtenção do seu capital;
- (v) Os FDI entre os países membros da SADC já estão a desempenhar um papel significativo no financiamento de projectos transfronteiriços. Os controlos de capital a nível nacional devem ser simplificados para impulsionar estas transacções e assegurar o repatriamento de juros, dividendos e capital.

4. COORDENAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

A. Coordenação e Interface

As inúmeras actividades implícitas nesta estratégia vão precisar de uma estreita coordenação entre os Estados Membros que serão responsáveis pela implementação da maior parte das recomendações. Haverá também um papel fundamental para o Secretariado da SADC na coordenação de projectos e programas.

Apresenta-se a seguir um Roteiro para a implementação da Estratégia Industrial. Embora o Roteiro defina as principais áreas de intervenção e de acção, conforme orienta a Estratégia Industrial, os Estados Membros, com o apoio do Secretariado, conceberão um plano de acção detalhado e com estimativas de custos.

B. Implementação e Monitorização

A implementação da estratégia industrial no contexto da integração regional e a competitividade devem ser vistas como um grande desafio para os governos e cidadãos da região da SADC e para os seus parceiros de desenvolvimento. A estratégia deverá ser implementada como um sistema de desenvolvimento progressivo e de transformação. A eficácia e rapidez com que as metas são atingidas dependerão, naturalmente, da qualidade dos esforços desenvolvidos. A avaliação de todos os componentes, facilitadores e impulsionadores da estratégia devem ser objecto de monitorização e comunicação regular.

C. O Papel do Secretariado da SADC

A colocação da industrialização em primeiro plano na SADC implica um maior papel para o Secretariado da SADC na coordenação e harmonização de iniciativas no âmbito da política industrial.

Actualmente, o desenvolvimento industrial da SADC é uma das responsabilidades do Directorado de Comércio, Indústria, Finanças e Investimentos do Secretariado. Dado o facto de que a industrialização foi elevada para o topo da agenda política da SADC, é necessário reflectir esta questão na estrutura administrativa.

Por conseguinte, recomenda-se que a capacidade do Secretariado seja fortalecida no contexto da estrutura organizacional revista que estará em harmonia com o RISDP.

A SADC precisa de fazer ouvir a sua voz sob a forma de relatórios de pesquisa e políticas publicados como o Asian Economic Integration Monitor que é publicado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento. Uma publicação como esta iria elevar o perfil da SADC a nível mundial e a nível regional, e permitiria informar os cidadãos, as empresas, os mercados e os governos do progresso da integração regional da SADC.

5. CONCLUSÕES

A Estratégia de Industrialização da SADC foi articulada como um projecto a longo prazo de transformação económica e social. As três fases previstas que abrangem o período 2015-2063 correspondem às estruturas principais da visão da SADC e, ultimamente, às da Agenda da União Africana 2063. Os objectivos e metas associados permeiam todas as fases, embora a ênfase política e as intervenções sejam adaptadas para atender aos desafios a serem confrontados ao longo do tempo. Através deste documento, os desafios do desenvolvimento industrial rápido e de ampla base são abordados no contexto de competitividade elevada e de uma maior integração regional. Esta interdependência permitirá uma rápida recuperação dos países da SADC e assegurará a realização de recompensas progressivamente maiores em receitas, emprego e dimensões melhoradas do bem-estar social.

ROTEIRO

ROTEIRO PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO

O Roteiro descreve as áreas de intervenção de relevo, conteúdo, objectivos, resultados e responsabilidades dos principais actores (Estados Membros, governo, sector privado, Parceiros de Desenvolvimento), assim como as fontes de financiamento no contexto de uma estratégia de desenvolvimento industrial

geracional que cobre o período compreendido entre 2015 e 2063 para os países da SADC estarem plenamente desenvolvidos e, por fim, convergirem com a Agenda 2063 da União Africana. A estratégia, desenvolvida numa perspectiva de continuidade, estruturada em torno de três cenários de crescimento em cascata que permitiriam que os Estados Membros transitem de economias impulsionadas por factores para economias impulsionadas por investimentos e, posteriormente, para um estágio de elevado desenvolvimento e de inovação associado aos actuais países desenvolvidos. Nessa altura, os países da SADC orgulhar-se-iam de ter uma economia plenamente desenvolvida com uma estrutura económica de ponta, com os mais avançados níveis de competitividade e com uma posição de destaque em termos de renda e emprego.

A Fase I cobre o restante período do RISDP (2015-2020) e constitui um período em que se colocará em primeiro plano a Prioridade «A» e os componentes afins da Prioridade «B» relativos ao apoio em termos de infra-estruturas e serviços na estratégia de industrialização, a par do início e continuidade de intervenções destinadas a reforçar a integração e competitividade. Deve ter-se como meta uma taxa de crescimento de 6 por cento per capita ao ano.

A Fase II abrange o período de 2021-2050 e assistiria à transformação das economias da SADC de um estágio impulsionado por factores para outro impulsionado pelo investimento e eficiência, constituindo, desse modo, um período de intervenções de vulto. A tónica será colocada na diversificação e na melhoria da produtividade e da competitividade. Para que os países registem uma convergência em termos de estatuto de rendimento baixo-médio, a Região deve almejar elevar o PIB per capita para 8% por ano.

Na derradeira Fase III (2051-2063), as economias da SADC evoluíram para um estágio impulsionado pela inovação, caracterizado por tecnologias avançadas e uma maior sofisticação empresarial. A fim de se alcançar o limite inferior dos níveis de rendimentos per capita, os rendimentos teriam que registar um aumento de 5,3 por cento ao ano até 2063.

No Roteiro, as intervenções, abrangendo o período de 2015-2063, são descritas apresentando horizontes temporais de médio e longo prazos, e organizadas ao longo das linhas de força estratégicas dos três pilares estratégicos fundamentais, a saber:

1. Industrialização
2. Competitividade
3. Integração Regional

Parte-se do princípio de que as várias áreas de intervenção do Roteiro têm diferentes períodos de gestação. Parte-se também do princípio de que estão em

marcha mudanças estruturais na mesma área de intervenção porquanto as economias passam de um estágio de desenvolvimento para outro. A Estratégia e o Roteiro estão articulados de modo a terem em consideração estas mudanças transformacionais de forma coerente aos níveis nacional e regional. As intervenções faseadas visam, em última instância, a coerência e eficiência dos recursos assim aplicados.

A Prioridade «A» e alguns elementos de apoio da Prioridade «B» do RISDP com relevância para a industrialização estão assinalados com asteriscos. O Roteiro reconsidera os horizontes temporais da Prioridade «A» e confirma as novas datas propostas ou sugeridas. Algumas intervenções são contínuas e vão a além de 2020.

O Roteiro deverá ser preenchido pelos Estados Membros e pelo Secretariado da SADC em articulação com o sector privado e os Parceiros de Desenvolvimento.

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermédios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
	2015 - 2063	Industrialização									
1		Principais Impulsionadores da Industrialização	• Produtividade baixa. • Diversificação limitada. • Factores de produção limitados. • Cadeias de valor regionais e globais limitadas. • Infra-estruturas de apoio limitadas. • Limitada capacidade jurídica e institucional para a formulação, implementação e aplicação dos Direitos de Propriedade Intelectual (IPRs) • Cumprimento limitado com os princípios e práticas ambientais internacionais • Envolvimento limitado de mulheres em cadeias nacionais e regionais de valor.	• Modernização intensiva da indústria e das estruturas de apoio e eficiência no uso de recursos. • Melhorar a eficiência do uso de recursos (exemplo: energia, água, matérias-primas). • Desenvolvimento, aquisição e difusão de tecnologia. • Melhoramento das capacidades de ciência, tecnologia, engenharia e pesquisa. • Desenvolvimento de competências. • Reformas Institucionais. • Política macroeconómica para o desenvolvimento industrial. • Investimentos selectivos e direccionados • Reforço das infra-	• Melhorar a competitividade industrial da SADC e o uso eficiente de recursos. • Diversificar a base industrial da SADC • Usar os Direitos de Propriedade Intelectual para estimular a Pesquisa e Desenvolvimento, inovação e o desenvolvimento de novos produtos. • Programas nacionais e regionais detalhados e sensíveis ao direccionados para a indústria. • Sistemas nacionais de inovação para identificar	• Programas nacionais detalhados • Programas regionais detalhados • Parcerias (público-privadas-estrangeiras) • Programas nacionais e regionais detalhados e sensibilizados para o género e para a indústria • Sistemas nacionais inovadores que identificam maneiras de capacitar as mulheres na indústria.	• Aumento das capacidades industriais. • Investimentos mais elevados. • Interdependência regional, • Criação de cadeias de valor regionais • Integração nas cadeias de valor globais (CVG) • Desenvolvimento de Infra-estruturas de apoio (físicas e serviços) que são resistentes às mudanças climáticas. • Promoção da Pesquisa e Desenvolvimento, inovação, desenvolvim	• Desenvolvidas estratégias industriais nacionais compatíveis. • Melhorado o estado de prontidão tecnológica. • Aumentada a força de trabalho qualificada para as indústrias. • Melhor desempenho industrial. • Melhor desempenho das instituições de apoio à indústria. • Maior investimento na indústria. • Um ambiente macroeconómico melhor e mais sustentável. • Desenvolvidos novos produtos. • Melhorado o uso eficiente de recursos. • Aumentada a	• Número de Estados Membros com uma estratégia industrial nacional compatível. • Nível de prontidão tecnológica. • Número de trabalhadores qualificados no sector industrial. • Crescimento da taxa de produção das empresas • Níveis de desempenho institucional. • Níveis de investimento na indústria. • Níveis de PIB, emprego, IDE, etc. • Quota da indústria no PIB. • Número de sectores diversificados. • Número de	• Estados Membros • Sector Privado • Secretariado da SADC	• Estados Membros • Parceiros de Desenvolvimento

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

				estruturas de prestação de serviços. • Consolidar a capacidade jurídica e institucional para a formulação, implementação e aplicação dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI). • Identificar a capacidade produtiva dos sectores prioritários existentes. • Identificar as questões "por detrás das fronteiras". • Identificar os requisitos de infra-estrutura para tornar as cadeias de valor regionais, viáveis e usar RIDMP para atender a estes requisitos. • Fornecer apoio intermediário ao desenvolvimento de capacidades para mulheres nas indústrias, EPMS, agricultura e actividades extractivas. • Desenvolver as competências em TIC de mulheres nas empresas.	maneiras de capacitar mulheres na indústria.		ento de novos produtos e agregação de valor. • Promoção de reuso de desperdícios, reciclagem e minimização de desperdícios. • Incorporação da dimensão de género na criação da cadeia de valor regional.	participação de mulheres competentes empregadas na indústria.	produtos inovadores desenvolvidos. • Directrizes para promover a eficiência e a produção limpa. • Alcance de paridade de género entre os trabalhadores qualificados e semiquualificados empregados nos sectores industriais do Estados Membros.		
--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	--	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

				• Investimentos específicos para a educação de mulheres em CTEmS (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemáticas).								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermédios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
2	*	Estrutura Política de Desenvolvimento Industrial (IDPF).	- Falta de coordenação no sector industrial. - Infra-estruturas susceptíveis às alterações climáticas inadequadas para a indústria. - Limitada capacidade humana e uso de tecnologia. - O abandono a que estão votadas as EPMS, em especial as empresas que envolvem mulheres.	- Aumento da interdependência sectorial - Alargar o âmbito do apoio industrial de modo a incluir as EPMS e inclusividade das mulheres nas empresas como impulsionadoras importantes do processo da industrialização. - Melhorar a qualidade dos produtos e serviços para fins de competitividade que promovem o uso eficiente de recursos. • Data de Início: 2016 • Contínuas	- Melhorar a cooperação, os vínculos existentes a montante e a jusante entre os sectores industriais. - Construir uma base industrial diversificada, inovadora e globalmente competitiva. - Capacitar as mulheres e os jovens no desenvolvimento das empresas.	- Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial (IUMP) - Programas de Desenvolvimento de Infra-estruturas. - Melhoria da qualidade dos produtos. - Programas específicos que visam as necessidades e desafios das mulheres no sector.	Melhor desempenho industrial.	- Políticas industriais nacionais alinhadas com o IDPF e implementadas - Melhor capacidade industrial para fins de agregação de valor e de beneficiação. - Aumentadas as trocas comerciais, o emprego e as receitas cambiais. - Incrementada a cooperação industrial . - Integração do género das Políticas Industriais Nacionais alinhadas com o Protocolo de género da SADC.	- Número de Estados Membros a alinharem-se e a implementarem as suas políticas nacionais com a IDPF. - Melhor desempenho industrial regional. - Contribuição da indústria para o PIB. - Nível de receitas cambiais. - Maior competitividade, incluindo a das empresas de género. - Número de acordos de cooperação .	- Estados Membros. - Sector Privado.	- Estados Membros - Fontes inovadoras de financiamento - Financiamento de capitais.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermediários/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
3		Subsectores / Programas/ Projectos									
		Processamento de produtos agrícolas	- Baixa produtividade. - Baixa agregação de valor. - Infra-estruturas nacionais inadequadas para apoiar a agricultura, o que contribui para uma fraca penetração no mercado regional. - Sistemas fracos de apoio à agricultura. - Deficiente gestão dos recursos naturais - Deficiente gestão do uso dos solos. - Controlos inadequados da qualidade. - Acesso limitado a factores de produção melhorados (biotecnologia, fertilizantes). - Degradação dos solos. - Ligações fracas com a indústria. - Impacto devastador da variabilidade e mudança climática. - Abordar as disparidades de género em termos de acesso aos recursos da	- Introdução de tecnologia avançada. - Investigação agrária avançada que aumente a resistência e adaptação às mudanças climáticas. - Melhorar as infra-estruturas nacionais com vista a apoiar a agricultura e facilitar a comercialização de produtos agrícolas. - Comercialização de produtos agrícolas. - Desenvolvimento de agrupamentos agro-industriais. - Promoção de agro-negócios. - Propiciar o acesso ao financiamento, especialmente para as agricultoras pequenas e jovens. - Apoiar à agricultura de pequena escala na criação de emprego de melhor qualidade.	- Transformar o sector agrícola. - Melhorar as infra-estruturas dos mercados de produtos agrícolas. - Capacitar uma massa crítica de empreendedores no sector agrícola. - Tornar a agricultura viável no país. - Proporcionar um ambiente e condições de trabalho propícios à agricultura. - Promover a pesquisa de contributos agrícolas resistentes ao clima. - Abordar as	- Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial (IUMP). - Projectos nacionais. - Projectos nacionais sensíveis ao género. - Programas orientados tais como formação e extensão de serviços para agricultoras, agricultores jovens e mulheres e jovens envolvidos no processamento de produtos agrícolas.	- Modernização da agricultura. - Promoção de vínculos a montante e a jusante - Comercialização de produtos agrícolas. - Promoção da minimização de desperdícios, reuso e reciclagem na agricultura. - Promoção do uso sustentável dos solos, e segurança da posse da terra. - Igualdade de género em termos de acesso a recursos. - Promoção dos interesses das mulheres e jovens e eliminação de obstáculos à participação efectiva nas empresas de processamento de	- Melhoria do desempenho agrícola. - Aumento do número de agro-indústrias resistentes ao clima.	- Níveis de desempenho no sector agrícola. - Número de empregos altamente qualificados criados. - Número de agro-indústrias. - Aumento na posse de negócios pelas mulheres na indústria de processamento de produtos agrícolas.	- Estados Membros. - Sector Privado.	- Estados Membros - Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

			agricultura e da manufactura, na totalidade da cadeia de valor.	• Promoção das mulheres e jovens no processamento de produtos agrícolas • Edificação de competências para as cooperativas melhorar as oportunidades para as mulheres e jovens no processamento de produtos agrícolas. • Melhorar o acesso das mulheres e jovens aos factores de contributos para melhorar a participação efectiva no processamento de produtos agrícolas. • Providenciar o acesso ao mercado às agricultoras e jovens agricultores. • Data de início: 2015 • Contínuas	desigualdades de género e capacitar economicamente as mulheres e os jovens no processamento de produtos agrícolas.		produtos agrícolas.				
4		Cadeias de Valor Agrícolas	• Inadequado comércio intra-africano de produtos agrícolas de valor agregado. • Aplicação inadequada dos padrões de qualidade.	• Melhorar as infra-estruturas dos mercados. • Melhorar o acesso a factores de produção e fertilizantes. • Melhorar os fluxos de	• Aumentar a gama de produtos agrícolas. • Melhorar a produtividade do sector	• IUMP. • Programas e projectos nacionais. • Programas nacionais direccionadas às	• Desenvolvimento de cadeias de valor agrícolas com efeitos positivos, directos e indirectos, nos	• Incrementado o comércio intra-africano de produtos agrícolas de valor agregado. • Maior gama de	• Nível do comércio intra-africano de produtos agrícolas de valor agregado. • Número de	• Estados Membros. • Sector Privado. • Secretariado da SADC. • Agências Internacionais.	• Estados Membros. • Investimentos de firmas. • Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

			• Dados inadequados sobre a agricultura. • Falta de direitos sobre a terra. • Questões de acesso a capital e tecnologia.	informação. • Analisar a cadeia de valor. • Proporcionar infra-estruturas para o manuseamento após a colheita. • Desenvolver instrumentos de recolha de dados. • Melhorar a participação das mulheres em todas as secções ao longo da cadeia de valor na agricultura. • Sofisticar as mulheres na agricultura do nível de subsistência ao nível comercial. • Data de início: 2015 • Contínuas	agrícola. • Promover cadeias de valor agrícola com elevada capacidade de emprego e com potencial para exportações. • Encorajar a participação mais ampla dos grupos marginalizados, em especial as mulheres e os jovens. • Edificar a estrutura do mercado e acesso concebido ao redor das mulheres e das necessidades dos jovens.	mulheres nas comunidades rurais, acima da agricultura de subsistência.	rendimentos, no emprego e nas exportações.	produtos de origem agrícola. • Maior contribuição das cadeias de valor agrícolas na economia. • Participação mais ampla da porção das mulheres no comércio entre os países da SADC.	produtos de origem agrícola. • Aumento da participação da porção das mulheres no comércio entre os países da SADC.	• Sistema da ONU.	
--	--	--	--	--	---	--	--	---	---	---	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermedios/F inais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
5.		Beneficiação e acréscimo de valor de minérios.	• Competências inadequadas. • Necessidades de financiamento. • Limitados vínculos a montante. • Limitadas infra-estruturas. • Fornecimento inadequado/não fiável e elevados custos de energia. • Acordos com companhias mineiras. • Sustentabilidade ambiental. • Obsolescência tecnológica. • Subutilização dos activos existentes. • Mecanismos reguladores inapropriados para a beneficiação de minérios. • Inadequação/falta de dados sobre depósitos, qualidade e quantidade dos recursos minerais metálicos e não metálicos. • Utilização ineficiente de recursos (água e energia). • Altos custos de contributos.	• Efectuar um perfil do sector mineiro. • Fazer o balanço dos estudos de viabilidade existentes no sector mineiro e levar a cabo novos estudos e actualizar os estudos existentes. • Promover e apoiar mulheres e jovens como mineiros de pequena escala. • Providenciar a formação em competências e incubação. • Definir como prioridade a beneficiação de minérios e o acréscimo de valor. • Desenvolver agrupamentos (clusters) industriais. • Prestar apoio às EPMs mineiras. • Melhorar o acesso ao financiamento. • Resolver as questões ambientais ligadas à mineração e outras actividades extractivas, tais como	• Criar maior agregação de valor/beneficiação no sector mineiro. • Criar emprego • Alargar as interligações económicas. • Melhorar a vantagem comparativa. • Aumentar as receitas cambiais. • Promover a sustentabilidade ambiental. • Maior percentagem de mulheres e jovens empregados e envolvidos no sector de minerais	• IUMP • Programas e projectos nacionais. • Estabelecimento de Centros de Excelência em Mineralogia ou seu reforço. • Programas dos Centros de Excelência orientados para a formação, extensão da promoção, serviços de extracção e beneficiação de minerais.	• Exploração extensa e intensiva de recursos minerais. • Melhoramento de eficiência para minimizar o custo de produção.	• Um maior número de produtos minerais de valor acrescentado. • Maiores receitas cambiais. • Maiores níveis de emprego • Intensificadas as interligações sectoriais. • Aumento nos níveis de emprego, e envolvimento de homens e mulheres no sector.	• Número de produtos minerais de valor acrescentado. • Nível de receitas cambiais provenientes de produtos minerais. • Número de empregados. • Número de intervenientes que participam em ligações a montante e a jusante. • Registos de desempenho ambiental pela indústria. • Número de mineiros registados ASM, especialmente mulheres e mineiros jovens.	• Estados Membros. • Sector Privado. • Companhias mineiras. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros • Companhias mineiras/ FDI. • Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

			• Integração do subsector da ASM na cadeia formal de valor de mineração. • Abordar as restrições críticas que limitam a contribuição directa de mulheres na cadeia de valor de ASM. • Estruturas de apoio limitadas para as mulheres em ASM para participarem efectivamente nos diferentes aspectos da cadeia de valor. • Estruturas de apoio para as mulheres em ASM para se envolverem efectivamente nos aspectos diferentes da cadeia de valor.	óleo e gás. • Promover a aquisição de tecnologias e Inovação • Fazer o balanço e otimizar a utilização dos activos existentes. • Preparar uma estrutura reguladora para a beneficiação de minérios. • Fortalecer a capacidade dos departamentos de pesquisa geológica junto dos Estados Membros em termos de realizar estudos geológicos intensivos e extensivos sobre a disponibilidade e o potencial mineiros da Região . • identificar e efectuar um perfil das cadeias de valor. • Promover investimento específico em toda a Região. • Assegurar e expandir os mercados para mercadorias de valor acrescentado e produtos beneficiados • promover a colaboração entre instituições que participam no							
--	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	--

- Promover a aquisição de tecnologias e Inovação
- Fazer o balanço e otimizar a utilização dos activos existentes.
- Preparar uma estrutura reguladora para a beneficiação de minérios.
- Fortalecer a capacidade dos departamentos de pesquisa geológica junto dos Estados Membros em termos de realizar estudos geológicos intensivos e extensivos sobre a disponibilidade e o potencial mineiros da Região .
- Identificar e efectuar um perfil das cadeias de valor.
- Promover investimento específico em toda a Região.
- Assegurar e expandir os mercados para mercadorias de valor acrescentado e produtos beneficiados
- Promover a colaboração entre instituições que participam no

				processo de desenvolvimento de competências na Região. • promover a Pesquisa e o Desenvolvimento no sector mineiro. • Iniciativa de Matérias-primas da SADC. • Compreender as dimensões de género na mineração formal e nas cadeias de valor ASM. • Abordar as limitações sectoriais. • Encorajar a beneficiação mineral ao nível de SSM para os mercados locais. • Promover a participação de mulheres e jovens em ASM, especialmente a beneficiação a jusante na cadeia de valor. • Formalizar as actividades de mineração artesanal e a sua inserção maior nas cadeias de valor. • Reforçar a colaboração entre LSM e ASM. • Data de início: 2015								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

				• Contínuas							
--	--	--	--	-------------	--	--	--	--	--	--	--

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermediários/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
6		Produção de produtos farmacêuticos	- Baixos padrões de qualidade. - Fabrico de uma reduzida gama de produtos farmacêuticos. - Deficiente Estrutura Regulamentar. - Escassez de capacidades em matéria de pesquisa. - Competências especializadas inadequadas. - Fracos vínculos a montante. - Falta de um espaço político para o fabrico de produtos farmacêuticos devido a restrições ligadas aos Direitos de Propriedade Intelectual. - Eliminação não regulamentada de produtos farmacêuticos obsoletos e resíduos	- Definir como prioridade o subsector farmacêutico. - Realizar estudos de viabilidade sobre a indústria farmacêutica (aos níveis nacional e regional). - Desenvolvimento de cadeias de valor regionais. - Adoptar fortes sistemas de controlo da qualidade de acreditação - Pesquisa e desenvolvimento (incluindo a utilização de materiais locais). - Produção de equipamentos médicos. - Explorar flexibilidades TRIPS para a produção de medicamentos genéricos essenciais.	- Reforçar a vantagem competitiva. - Fornecer produtos médicos de alta qualidade. - Estreitar os vínculos a montante e a jusante. - Promover as marcas de produtos médicos da Região da SADC. - Reduzir o ónus causado pelas doenças na Região. - Proteger os Direitos de Propriedade Intelectual . - Melhorar os regulamentos para a eliminação de produtos	- IUMP. - Infra-estruturas para a indústria farmacêutica. - Desenvolvimento de competências para o sector farmacêutico. - Fabrico de produtos farmacêuticos e de equipamentos conexos. - Programas de desenvolvimento de competências integradas para a indústria farmacêutica.	Fazer da indústria farmacêutica uma prioridade regional.	- Melhor disponibilidade de medicamentos essenciais e de produtos sanitários. - Maior gama e qualidade de produtos farmacêuticos. - Participação em cadeias de valor regionais e/ou globais. - Mais inclusão feminina e participação nas cadeias de valor nacional e regional.	- Número de medicamentos essenciais e de produtos sanitários disponíveis. - Gama de produtos farmacêuticos disponíveis. - Número de empresas farmacêuticas que participam em cadeias de valor regionais ou globais. - Aumento no número de companhias farmacêuticas na cadeia regional de valores que são propriedade de mulheres.	- Estados Membros. - Secretariado da SADC. - Empresas farmacêuticas. - investidores regionais e internacionais interessados.	- Estados Membros. - Sector Privado. - Secretariado da SADC. - Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

			farmacêuticos. • Número limitado de mulheres envolvidas em ciências.	• Priorizar a educação feminina em ciências para edificar e aumentar as competências farmacêuticas especializadas. • Data de início: 2015 • Fim: Contínuas	farmacêuticos obsoletos e desperdícios farmacêuticos. • Edificar uma equipa de trabalho especializada e integrada que visa a provisão de produtos médicos de alta qualidade.						
7		Transformação das EPMs da indústria de manufactura	• Falta de formalidade e de capacidade técnica. • Produtos de baixa qualidade. • Elevado custo do financiamento. • Falta de padronização. • Limitada inovação e literacia tecnológica. • Insuficiente conhecimento dos processos de produção. • Fracos vínculos entre as EPMs e as grandes empresas. • Falta de mecanismos de regulação para os mineiros artesanais de pequena escala. • Abordar outras restrições, ou seja, as disparidades de género em termos de acesso a recursos.	• Elaborar uma estrutura regional para a promoção das EPMs. • Promover vínculos entre as EPMs e as grandes empresas. • Ajudar na aquisição de conhecimento sobre os processos de produção. • A estrutura regional para as EPMs deve incluir componentes de género. • Estabelecer instituições e intermediários que definam modalidades e forneçam apoio às mulheres no sector privado. • Data de início: 2015 • Fim: Contínuas	• Aumentar a contribuição regulada das EPMs para a produção industrial.	• IUMP • Programas nacionais e regionais coerentes para o reforço de competências e capacidades com vista a participar no Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências (RVCs) e nas Cadeias de Valor Globais (CVG).	• Melhoria das capacidades das EPMs.	• Melhor capacidade das EPMs na produção de mercadorias e serviços de valor acrescentado • Realizada uma maior contribuição das EPMs para a produção industrial.	• Número de mercadorias e serviços produzidos pelas EPMs. • Taxa de crescimento dos produtos das EPMs. • Contribuição do sector das EPMs para o PIB.	• Estados Membros. • Entidades económicas e Câmaras do Comércio.	• Estados Membros • Organismos empresariais e Câmaras de Comércio.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermédios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
8	*	Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial (IUMP)	• Constrangimentos financeiros. • Falta de capacidade para a implementação do IUMP. • Inadequada implementação do IUMP.	• Desenvolvimento e implementação dos IUMP nacionais. • Reforçar a capacidade para implementar o IUMP. a nível nacional. • Facilitar a implementação do IUMP. • Estrutura Regional para as PME devem incluir componentes de género. • Estabelecer instituições e intermediários que definam as modalidades e forneçam apoio às mulheres no sector privado. • Data de início: 2015 • Contínuas	• Elaborar e implementar IUMP nacionais • Melhorar a competitividade e inovação da indústria. • Promover a adaptação e resistência ao clima edificando para o sector da indústria.	• IUMPs em todos os Estados Membros.	• Os Estados Membros devem priorizar a implementação do IUMP. • Transformação substancial das EPMs. • Aumentar a participação das EPMs nas cadeias de valor regionais. • Promover a adaptação às mudanças climáticas através das cadeias de valor.	• Elaborados e implementados os IUMP nacionais. • Acordadas as Medidas tendentes a melhorar a produtividade e a diversificação. • Maior crescimento das EMPs e aumento de emprego e das exportações.	• Número de IUMP (nacionais) elaborados e implementados • Número de avaliações periódicas à escala da região.	• Estados Membros • Sector Privado.	• Estados Membros. • Investimentos de firmas. • FDI. • Parceiros de Desenvolvimento.
9		Estratégia Regional de	• Falta de ampla participação no	• Desenvolver uma Estrutura Política para	• Aumentar a densidade da	• Programas focalizados para	• Organização e facilitação de	• Formulada uma estratégia para	• Existência de acordos de	• Estados Membros.	• Estados Membros,

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

		Parcerias e Colaboração do Sector Privado	desenvolvimento industrial. • Mecanismos inadequados para parcerias regionais. • Falta de parcerias e colaboração entre os operadores do sector privado. • Ausência de Diálogo Público-Privado (PPD) • Inadequadas instituições regionais para o envolvimento do sector privado. • Diversidade e fragmentação do sector privado. • Capacidade inadequada para participar em iniciativas regionais. • Os mecanismos Institucionais não são sensíveis ou não abordam questões de género.	o Diálogo Público-Privado (DPP) aos níveis nacional e regional. • Formular uma estrutura estratégica para parcerias no sector privado. • Criar capacidades para o envolvimento público-privado. • Estabelecer instituições e definir modalidades para o PPD. • Reforçar a capacidade para a participação do sector privado (incluindo as EPMs) em iniciativas regionais. • Estabelecer instituições e intermediários que definam as modalidades e forneçam apoio às mulheres e jovens no sector privado. • Início: 2015 • Contínuas	colaboração do sector privado. • Melhorar as relações simbióticas entre os sectores público e privado. • Promover um diálogo ininterrupto. • Edificar compreensão das questões de género no sector privado.	amplas parcerias nacionais e regionais. • Programas direccionados para a melhoria do diálogo e estabelecimento de instituições afins.	plataformas nacionais e regionais para parcerias. • Promoção do diálogo. • Reforço da confiança.	parcerias e diálogo. • Estabelecida uma plataforma para o Diálogo Público-Privado. • Promovido um diálogo efectivo sobre o desenvolvimento industrial. • Estabelecidos mecanismos / Instituições para o PPD. • Melhorada a capacidade de resposta e sensibilidade pelas instituições a questões de género e necessidades dos jovens.	parceria. • Número de parcerias. • Número de reuniões para o PPD, seja ao nível nacional, seja ao nível regional. • Número de parcerias mútuas e práticas. • Existência de instituições/ mecanismos para o PPD. • Número de reuniões. • Número de instituições que estão a abordar questões de género e da juventude. • Número de mulheres e jovens a participar no sector privado.	• Sector Privado.	• Co-financiamento do sector privado. • Parceiros de Desenvolvimento.
--	--	---	---	---	--	--	--	--	--	---	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermediários/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
10		Estratégia regional sobre os negócios inclusivos.	- Inadequado envolvimento de agentes económicos no desenvolvimento de empresas e nos lucros. - Envolvimento insuficiente dos agentes económicos no desenvolvimento de negócios em particular mulheres e jovens envolvidos no sector privado.	- Criar incentivos para uma participação inclusiva das empresas. - Incentivos para mulheres e jovens na participação dos negócios. Início: 2016 Contínuas	- Melhorar distribuição dos rendimentos. - Distribuição de rendimentos melhorada e equitativa.	Projectos-piloto para promoção inclusiva das empresas.	Áreas selectivas para uma participação bem-sucedida das empresas.	- Desenvolvida e implementada a Estratégia - Maior inclusividade na participação das empresas.	- Documento de estratégia - Número de grupos vulneráveis que participam na actividade empresarial	- Estados Membros. - Sector Privado.	- Estados Membros. - Sector Privado. - Parceiros de Desenvolvimento.
11	*	Políticas e estratégias de aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento industrial em cooperação com outras regiões.	Limitada cooperação entre e inter-regional para o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento.	- Formular ou rever acordos regionais e inter-regionais de cooperação para propiciar o aproveitamento de recursos e a promoção das empresas. Data de início: 2016 Fim: 2017	Alargar a cooperação económica regional e inter-regional.	Ênfase selectiva em áreas de promoção nos protocolos de cooperação.	Desenvolvimento de cadeias de valor regionais.	- Desenvolvidas e implementadas Políticas e Estratégias que tomam em consideração outros protocolos regionais e estratégias tais como mudanças climáticas, economia verde e economia azul desenvolvidas e implementadas. - Maior cooperação com outras regiões em matéria de desenvolvimento industrial.	- Documentos de Políticas e Estratégias. - Número de iniciativas industriais com outras regiões.	- Estados Membros - Secretariado da SADC.	- Estados Membros - Parceiros de Desenvolvimento.
12	*	Identificados e fortalecidos	Fraco apoio da base de conhecimentos.	Identificar e fortalecer os Centros existentes.	Melhorar o reforço de	Programas de reforço	Evolução tecnológica.	Identificados e fortalecidos	Identificado/ fortalecido/	- Estados Membros - Secretariado da	Estados Membros

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

		Centros de Excelência e Centros de Especialização para determinados sectores prioritários.		• Estabelecer novos centros de excelência. • Data de Início: 2015 • Contínuas	capacidades e o desenvolvimento de competências direccionadas.	institucional.		centros regionais de excelência industrial para sectores prioritários. • Melhor investigação e desenvolvimento maior produtividade e fabrico de produtos inovadores.	estabelecido um número de centros de excelência. • Número de produtos inovadores.	SADC.	• Parceiros de Desenvolvimento.
--	--	--	--	---	--	----------------	--	--	---	-------	---

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermediários/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
13	*	Modelo de legislação e regulamentação para o processamento e acréscimo de valor de produtos minerais intra-SADC.	Estrutura jurídica-legal e institucional inadequada para a beneficiação e acréscimo de valor de minérios.	- Desenvolver uma estrutura jurídica-legal e institucional para a beneficiação e acréscimo de valor de minérios intra-SADC. Data de Início: 2016 Fim: 2017	Aumentar a agregação de valor dos recursos naturais.	Programas regionais para melhoria da beneficiação e do acréscimo de valor.	Reforçar a estrutura jurídica-legal para a agregação de valor de produtos minerais.	- Elaborado e implementado um modelo de estrutura jurídica-legal e institucional. - Melhorada a aplicação dos instrumentos jurídicos que promovem a beneficiação e o acréscimo de valor.	- Existência de uma estrutura jurídica-legal e institucional. - Número de Estados Membros a implementarem a estrutura jurídica-legal e institucional.	- Estados Membros. - Companhias mineiras.	- Estados Membros. - Sector Privado.
14	*	Formulado e operacionalizado o Protocolo sobre a Indústria.	- Falta de diversificação e competitividade. - Desenvolvimento industrial descoordenado. - Capacidades industriais inadequadas. - Princípios de sustentabilidade ambiental inadequados.	- Elaborar e operacionalizar o Protocolo sobre a Indústria. - Desenvolver um protocolo operacional sobre a indústria sensível ao género. Data de Início: 2015 Fim: 2020	Melhorar o nível de desenvolvimento industrial aos níveis nacional e regional.	Programas de desenvolvimento de capacidades.	Reforço de capacidades para a industrialização e prontidão tecnológica.	- Formulado e implementado o Protocolo sobre a Indústria, tomando em consideração as disposições dos outros protocolos tais como recursos naturais e ambiente. - Protocolo operacional sobre a indústria sensível ao género desenvolvido e implementado.	- Número de Estados Membros que adoptaram e implementaram o Protocolo. - Número de Estados Membros que implementaram o protocolo actual e a dimensão de género.	- Estados Membros. - Secretariado da SADC.	Estados Membros.
15	*	Concluída a Estratégia de	Infra-estruturas inadequadas (estradas,	Formular um programa abrangente	Reduzir os custos	Desenvolvimento/r	Abordagem multimodal ao	Formulada uma estratégia com	Volume e valor dos factores de	- Estados Membros. - Secretariado da	Estados Membros.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

		alavancagem do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais (RIDMP) para servir de catalisador ao desenvolvimento industrial.	caminhos-de-ferro, comunicações, TIC, transportes aéreos, águas) que actualmente resultam num elevado custo para o exercício da actividade comercial. • Subutilização das infra-estruturas existentes. • Limitados benefícios obtidos pelas EPMs locais durante o desenvolvimento de projectos de infra-estruturas.	de desenvolvimento de infra-estruturas regionais. • Formular políticas para eliminar as BNT e melhorar o funcionamento dos corredores, das interligações eléctricas e das TIC. • Melhorar a utilização das infra-estruturas existentes. • Promover vínculos entre as EPMs locais e as grandes empresas por meio de políticas de subcontratação e contratação pública, etc. • Data de Início: 2015 • Fim: 2017	associados ao exercício de actividade comercial. • Incentivar a participação das EPMs no desenvolvimento de projectos de infra-estrutura.	estruturas regionais. • Programas de Desenvolvimento de Fornecedores.	desenvolvimento de infra-estruturas. • Assegurar que as EPMs estão ligadas e beneficiam de projectos infra-estruturais.	todos os componentes de infra-estruturas tomando em consideração outras estratégias regionais tais como mudanças climáticas, economia verde e economia azul. • Melhorada a competitividade das indústrias da SADC. • As EPMs capacitadas beneficiaram da participação no desenvolvimento e implementação de programas de infra-estruturas.	produção locais obtidos para o desenvolvimento de infra-estruturas. • Número de EPMs assistidas por meio de Programas de Desenvolvimento de Fornecedores. • Benefícios obtidos pelas EMPs por meio da participação em projectos infra-estruturais.	SADC.	• Sector Privado.
--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	-------	---

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermédios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
16	*	Regras de Origem da SADC.	Fluxos comerciais e de factores de produção industriais restritos.	- Alinhar as regras de origem com as necessidades industriais. Data de Início: 2015 Fim: 2017	- Aumentar o fornecimento de factores de produção intermédios. - Gerar maiores fluxos comerciais.	Elaboração de regras de origem mais favoráveis à actividade comercial.	Tornar as regras de origem mais flexíveis.	- Flexibilizada as regras de origem. - Aumentados e facilitados os fluxos regionais de factores de produção intermédios.	- Regras de origem flexíveis. - Nível de comércio intra-regional.	Estados Membros.	Estados Membros.
17	*	Monitorizada anualmente a implementação do Protocolo sobre o Comércio de Serviços.	Serviços deficientes aumentam os custos de transacção e restringem os fluxos comerciais e a criação de cadeias de valor.	- Acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas de serviços. - Liberalizar o comércio de serviços. - Sensibilizar para o papel dos serviços na industrialização. Data de Início: 2015 Contínuas	Facilitar a eficácia do comércio regional de serviços.	- Negociações sobre seis sectores de serviços prioritários. - Negociações subsequentes para cobrir todos os sectores de serviços.	Liberalização dos sectores de serviços.	- Implementado o Protocolo. - Aumentada a produtividade e competitividade.	- Número de Estados Membros que ratificaram e implementaram o Protocolo. - Volume e valor do comércio de serviços. - Nível de produtividade e competitividade.	- Estados Membros. - Secretariado da SADC.	Estados Membros.
18	*	Capacidade dos Estados Membros para aplicarem as políticas e leis de concorrência.	Políticas e instituições de concorrência inadequadas.	- Instituir políticas de concorrência apropriadas. - Criar/reforçar as Autoridades Nacionais da Concorrência. Data de Início: 2015 Fim: 2017	Melhorar o ambiente empresarial.	Políticas de concorrência rigorosas.	Criação de um ambiente empresarial propício.	Políticas de concorrência elaboradas e aplicadas pelos Estados Membros.	Número de Estados Membros a aplicarem políticas de concorrência.	- Estados Membros. - Secretariado da SADC.	Estados Membros.
19	*	Implementação do Protocolo	Capacidade inadequada para implementar o	Desenvolver a capacidade para	Maximizar os benefícios	Implementar o Mecanismo de	Avaliações analíticas dos	Compatibilidade entre o	Número de Estados	- Estados Membros. - Secretariado da	Estados Membros

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

		sobre Trocas Comerciais e da EPA (APE).	Protocolo sobre Trocas Comerciais e a EPA. • Alinhar a implementação da EPA com o Protocolo. • Impacto da implementação do Protocolo e da EPA sobre os Estados Membros.	implementar o Protocolo sobre Trocas Comerciais e a EPA. • Data de Início: 2015 • Fim: 2020	comerciais decorrentes de maiores oportunidades de mercado.	Apoio a Actividades Relacionadas com o Comércio.	custos e benefícios decorrentes dos acordos.	Protocolo sobre Trocas Comerciais e a EPA. • Cabalmente implementado o Protocolo sobre Trocas Comerciais e a EPA.	Membros a implementarem o Protocolo sobre Trocas Comerciais e a EPA.	SADC.	
--	--	---	--	--	---	--	--	---	--	-------	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Área de Política	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermediários/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
20	*	Finalizado o pilar de desenvolvimento industrial do mecanismo do Tripartido.	Alinhamento da Agenda de Desenvolvimento Industrial da SADC com o Pilar de Desenvolvimento Industrial do Tripartido.	- Os Estados Membros da SADC participam activamente nas negociações do Tripartido para assegurar que o mecanismo do Tripartido contribua para a concretização dos objectivos fixados para a industrialização da SADC. - Informar melhor e harmonizar protocolos para a Indústria-especialmente o protocolo de género da SADC.	- Optimizar os benefícios decorrentes dos Mecanismos do Tripartido. - Melhorar a cooperação e as sinergias relacionadas com a industrialização.	Negociação do pilar de desenvolvimento industrial da zona do Tripartido.	- Aumento da capacidade industrial. - Promover a cooperação e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.	- Alinhados os objectivos industriais da SADC e do mecanismo do Tripartido. - Incrementada a cooperação em matéria de industrialização e desenvolvimento de cadeias de valor regionais.	- Número de Estados Membros a participarem no pilar de desenvolvimento industrial do Tripartido. - Número de cadeias de valor regionais desenvolvidas.	- Estados Membros. - Secretariado da SADC. - Comunidades Económicas Regionais.	Estados Membros
21	*	Operacionalizado o instrumento jurídico do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.	Inadequação dos mecanismos regionais de financiamento.	Criar o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.	Eliminar os constrangimentos de financiamento a longo prazo relativamente à industrialização e à integração.	- Fundo de Desenvolvimento da SADC. - Fundo de Desenvolvimento da SADC: também um fundo especializado para as mulheres na SADC.	Convergência de pontos de vista sobre o âmbito das operações ligadas à angariação de capitais.	Operacionalizado o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC (assinado, ratificado e aplicado).	Funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.	- Estados Membros. - Secretariado da SADC.	- Estados Membros. - Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermedios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
	2015 - 2063	Competitividade									
22.		Melhoramento do ambiente microeconómico para as firmas e empresas.	- Qualidade limitada de factores de produção. - Padrões. - Acesso a capitais. - Informação inadequada sobre o mercado. - Falta de sofisticação dos produtos e mercados. - Sistemas de incentivos inadequados. - Formalização das EPMs. - Acesso das mulheres e jovens a capital e mercados.	- Desenvolver competências. - Melhorar os padrões de qualidade. - Remover os constrangimentos ao comércio das empresas. - Oferecer incentivos especiais para custos associados a serviços e factores de produção (por exemplo: electricidade). - Criar um ambiente macroeconómico propício ao apoio à indústria. - Promover a interacção entre a indústria e os círculos académicos. - Remoção de restrições peculiares no contexto das mulheres em empreendimentos económicos. - Incentivos desenhados para	- Aumentar a competitividade das empresas nacionais e regionais. - Facilitar uma maior participação em cadeias de valor nacionais, regionais e mundiais. - Inclusão ampliada dos grupos vulneráveis, em especial as mulheres em empreendimentos económicos.	- IUMP (nacionais e regional). - Políticas industriais nacionais. - Programas de apoio ao Sector Privado. - Desenvolvimento e mobilidade de competências. - As políticas industriais nacionais devem ser sensíveis ao género para lidar com a participação das mulheres no esforço da industrialização da SADC.	- Competitividade e melhorada significativamente aos níveis nacional, regional e das firmas/empresas. - Melhorado de modo significativo o impulso inclusivo de competitividade e ao nível nacional, regional e da firma/empresa.	Pontuações mais elevadas nos índices de competitividade.	- Classificações no Índice de Competitividade Global. - Classificações no Índice de Realizar Negócios.	- Estados Membros - Sector Privado. - Instituições de ensino e formação de nível superior.	- Estados Membros - Fundos de formação destinados a empresas. - Acções formativas internacionais.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

				atender às necessidades das mulheres nas empresas.							
23		Aumento da capacidade do Sector Privado na formulação de estratégias, inovação, gestão e utilização de tecnologia.	• Capacidade limitada dos empresários para conceberem e desenvolverem empresas competitivas. • Competências limitadas em matéria de planificação estratégica e marketing. • Conhecimentos limitados de práticas empresariais modernas. • Capacidade e envolvimento limitado das mulheres e dos jovens nas empresas. • competências de gestão limitadas das mulheres e jovens no mundo dos negócios.	• Conceber mecanismos especializados de formação multidimensional e acesso à informação. • Acesso equitativo à informação, assim como ao reforço da capacidade das mulheres no sector das TIC e da inovação para o negócio.	• Aumentar a formalização das EPMs no sector da indústria de manufactura. • Reduzir os insucessos das EPMs. • Aumentar a produtividade	• Programas de reforço de capacidades ao nível nacional e da região para o sector das EPMs.	• Reforçadas as capacidades das EPMs. • Melhoradas as capacidades das EPMs, em especial as mulheres e grupos vulneráveis nas empresas.	• Melhorada a capacidade do Sector Privado na formulação de estratégias, inovação, gestão e utilização de tecnologia. • Capacidade melhorada das mulheres e jovens para se envolverem efectivamente no desenvolvimento do sector privado.	• Aumentada consideravelmente a contribuição das EPMs para a produção industrial.	• Estados Membros. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermedios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
		Competitividade (continuação)									
24		Mobilidade de competências e de factores.	• Inadequada e limitada gama de competências industriais. • Restrições à mobilidade de mão-de-obra qualificada. • Mulheres adequadas e qualificadas com competências médias e altamente especializadas, que promovem a inclusão em sectores industriais produtivos da economia.	• Acelerar a implementação do Protocolo da SADC sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas. • Realizar uma avaliação das necessidades em mão-de-obra qualificada. • Desenvolver competências em toda a região para a indústria. • Criar uma estrutura regional de Acreditação. • Avaliação das necessidades de mão-de-obra qualificada, assim como das dimensões de género na participação da força de trabalho e quais são as restrições críticas dos homens e das mulheres na indústria.	• Melhorar a produtividade e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada. • Acordar sobre as normas e as estruturas de competências para a mobilidade de mão-de-obra. • As estruturas concebidas para as competências e padrões devem incorporar dimensões de género na mobilidade dos factores com quotas estabelecidas para encorajar a participação das mulheres no impulso industrial da SADC.	• Programas de Capacitação para as EMPs. • Desenvolvimento de sistemas de acreditação e concessões coerentes. • Programas de edificação de capacitação e desenvolvimento de competências para mulheres nas EPMs.	• Aumentar o fornecimento de mão-de-obra qualificada. • Edificar serviços de extensão e apoio para desenvolver a capacidade e competências das mulheres para as actividades empresariais.	• Aumentada a mobilidade de competências na Região da SADC. • Identificadas as necessidades de competências na indústria. • Concebidos e implementados programas de capacitação para as EPMs. • Desenvolvida a Estrutura Regional de Inovação. • Programas de edificação de competências para as EPMs desenvolvidos e implementados que lidam com as limitações ao envolvimento das mulheres no sector.	• Número de pessoas qualificadas a circularem livremente na Região da SADC. • Número de competências em oferta reduzida. • Programa de reforço de capacidades. • Número de Estados Membros com um programa de reforço de capacidades. • Número de mão-de-obra certificada. • Os números reais de homens e mulheres em empregos qualificados e semiquualificados na indústria para conhecer a escassez na disponibilidade de mão-de-obra	• Estados Membros. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

									a estes níveis.		
25	*	Reforçadas as infra-estruturas regionais de Padronização Garantia de Qualidade e Metrologia (SQAM).	• Produtos e serviços de baixa qualidade produzidos localmente. • Qualidade inferior de mercadorias e serviços importados. • Pouca aderência aos padrões ambientais.	• Melhorar a qualidade das infra-estruturas e serviços. • Início: 2015 • Fim: 2019	• Respeitar os padrões internacionais de qualidade, tendo em conta os padrões nacionais e regionais	• Melhorado o programa de SQAM.	• Construir infra-estruturas. • Fornecer bens e serviços de qualidade.	• Implementado o programa de SQAM. • Adoptados e implementados os padrões de SQAM e padrões ambientais pelos Estados Membros.	• Número de instituições funcionais de Padronização, Garantia da Qualidade, Acreditação e Metrologia (SQAM) nos Estados Membros a implementarem o Programa de SQAM.	• Estados Membros.	• Estados Membros.
26	*	Agências Regionais de Regulação das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS).	• Baixa qualidade dos produtos agrícolas.	• Reconhecer padrões equivalentes. • Início: 2015 • Fim: 2019	• Melhorar a adesão aos padrões sanitários e fitossanitários.	• Melhorado o programa sanitário e fitossanitário (SPS).	• Melhorar a qualidade dos produtos.	• Harmonizadas as medidas sanitárias e fitossanitárias relativas à segurança dos alimentos, à sanidade animal e à fitossanidade. • Melhorada a qualidade dos produtos agrícolas e a sua comercialização	• Número de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizadas e implementadas • Nível de comercialização de produtos agrícolas.	• Estados Membros. • Empresa privadas.	• Estados Membros. • Sector Privado.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermedios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
	2015 - 2063	Integração Regional									
27		Comércio intra-SADC.	• Penetração limitada no mercado regional. • Limitada gama de produtos. • Mercados desarticulados.	• Alargar o mercado da SADC através da implementação do Tratado e da ZCL da SADC. • Remover as BNT. • Facilitar o acesso a financiamentos para o comércio.	• Aumentar o comércio intra-SADC para níveis de comércio comparativos, quer a nível internacional, quer a nível intra-regional.	• Desenvolvimento e conectividade de infra-estruturas regionais.	• Aprofundamento da integração regional.	• Implementado o Tratado e a ZCL da SADC. • O comércio intra-SADC mais do que duplica.	• Nível de comércio intra-SADC. • Variedade de produtos comercializados entre os Estados Membros.	• Estados Membros. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros. • Parceiros de Desenvolvimento.
28		Apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas regionais para impulsionar a industrialização.	• Custos de energia e de transporte elevados. • Infra-estrutura sensível e propensa ao clima.	• Elaborar um programa específico para melhorar as infra-estruturas regionais e a conectividade, tendo em conta os impactos das mudanças climáticas.	• Reduzir os custos de transacção.	• Programas nacionais e regionais complementares para serviços de infra-estruturas.	• Reforço da capacidade e resistência das infra-estruturas .	• Elaborado um programa para melhorar as infra-estruturas regionais e a conectividade. • Reduzidos os custos associados ao exercício das actividades comerciais.	• Existência do Programa para melhorar as infra-estruturas regionais e a conectividade. • Classificações do Índice de custos associados ao exercício das actividades comerciais do Banco Mundial.	• Estados Membros. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros • Bancos e fundos regionais de investimento.
29		Mecanismos de facilitação	• Dificuldades no comércio transfronteiriço (por exemplo, procedimentos	• Implementar a rigor os Acordos da SADC e sobre a ZCL.	• Facilitar fluxos comerciais	• Actuais Programas de Facilitação do Comércio da SADC.	• Remoção dos constrangimentos ao comércio e	• Reduzido o tempo para os fluxos	• Posicionamento dos Estados Membros no	• Estados Membros. • Secretariado da	• Estados Membros.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

		do comércio.	aduanheiros). • Acesso a financiamentos para o comércio. • Acesso limitado a informação. • Comércio ilegal em mercadorias ambientais.	• Implementar um programa abrangente de facilitação do comércio, incluindo a criação de Postos Fronteiriços de Paragem Única (One-Stop).	contínuos a nível regional.		investimento transfronteiriços para facilitar a industrialização.	comerciais. • Melhorado o acesso a informação relacionada com o comércio. • Melhorada a competitividade. • Melhorada a supervisão para reduzir o comércio ilegal de bens ambientais (animais selvagens, madeira e outros produtos florestas).	Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial. • Tempo médio levado pelos comerciantes transfronteiriços. • Montante do financiamento ao comércio para o comércio regional. • Acesso a informação.	SADC.	
--	--	--------------	---	--	-----------------------------	--	---	---	--	-------	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermédios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
30	*	Aprofundamento da Integração Regional.	• Avanços lentos rumo à integração regional.	• Implementar os programas acordados sobre o aprofundamento da integração regional. • Data de Início: 2015 • Fim: 2016	• Aprofundar a integração regional	• Instrumentos da SADC sobre a integração regional.	• Utilizar abordagens à integração regional centradas no desenvolvimento para acelerar a industrialização.	• Aprofundada a integração regional.	• Nível e diversidade do comércio intra-SADC.	• Secretariado da SADC.	• Estados Membros.
31	*	Assinado e ratificado o Acordo sobre a ZCL do Tripartido	• Lentidão e complexidade dos processos negociais.	• Acelerar as negociações e a implementação do Acordo do Tripartido. • Data de Início: Acção em curso. • Fim: 2016	• Concluir as negociações e consolidar o processo de integração.	• Negociação e conclusão do Acordo do Tripartido.	• Criação de um mercado mais amplo para o comércio, a fim de facilitar a industrialização.	Assinado e ratificado o Acordo sobre a ZCL do Tripartido	• Assinado o Acordo sobre a ZCL do Tripartido	• Estados Membros. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros.
32	*	Implementado o Mecanismo de Monitorização e Conformidade do Comércio.	• Incumprimento das metas fixadas para o comércio na SADC. • Incumprimento dos acordos da OMC. • Espaço político inadequado/reduzido para a industrialização devido a acordos comerciais com terceiros (EPA, OMC, etc.).	• Estabelecer padrões de referência para fins de monitorização. • Efectuar um estudo para avaliar o impacto de acordos comerciais com terceiros sobre a industrialização da região. • Data de início: 2015 • Contínuas	• Avaliar os avanços registados. • Assegurar que os arranjos de comércio com terceiros são em suporte da agenda de industrialização da SADC.	• Programa de monitorização específico. • Programa para monitorizar o impacto dos arranjos de comércio na industrialização da região.	• Cumprimento dos objectivos da SADC e dos requisitos da OMC. • Conservação do espaço político para a industrialização.	• Estabelecido um mecanismo. • Conservado o espaço político para a industrialização.	• Relatórios de progresso. • Número de disposições nos acordos de comércio que apoiam a industrialização. • Grau/nível de flexibilidade nos acordos de comércio para usar instrumentos de política de comércio para apoiar a industrialização.	• Estados Membros. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros. • Parceiros de Desenvolvimento.
33.		Integração do	• Acesso desigual aos	• Abordar as	• Aumentar a	• Programa de	• Capacitação	• Melhorada a	• Número das	• Estados	• Estados

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

		Género e da Juventude na Transformação Estrutural	meios de capacitação económica. • Poder limitado de negociação das mulheres e da juventude para participarem de programas de empreendedorismo e beneficiarem do comércio. • Competências empresariais inadequadas entre as mulheres e os jovens. • Participação limitada das mulheres e jovens nas empresas pequenas e médias e no desenvolvimento das grandes empresas. • Acesso limitado aos mercados por mulheres e jovens empresários. • Participação limitada das mulheres e jovens nos processos económicos nacionais, formulação de políticas e iniciativas de género. • Acesso limitado à informação sobre oportunidades económicas, fundos etc.	desigualdades de género no acesso ao crédito, capital, terra e outros meios de capacitação económica, conforme especificado no Protocolo do Género e da Política da SADC. • Facilitar o poder de negociação das mulheres jovens para se envolverem colectivamente em programas de empreendedorismo, especialmente em serviços, manufactura, horticultura, transportes, energia, agricultura, comércio e indústrias a nível local, nacional e regional para reforçar a participação equitativa e benefícios das trocas comerciais. • Promover a criação de programas que promovam a literacia económica e competências empresariais das mulheres e jovens a fim de aumentar a compreensão e pensamento crítico sobre os negócios, o comércio e as políticas económicas.	participação das mulheres para beneficiarem das actividades económicas.	capacitação económica para as mulheres da SADC.	económica para as mulheres.	participação das mulheres na economia.	mulheres a participarem nas actividades comerciais e industrias.	Membros. • Sector privado. • Secretariado da SADC	Membros. • Parceiros de Desenvolvimento. • Estados Membros. • Bancos e fundos de investimento regional.
--	--	---	---	---	---	---	-----------------------------	--	--	---	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

				• Valorizar e promover a participação das mulheres e dos jovens no desenvolvimento das empresas pequenas, médias e nas grandes empresas. • Aumentar o acesso das mulheres e dos jovens aos mercados nacionais, regionais e globais. • Estabelecer e fortalecer a análise de género, a integração do género e da igualdade de participação das mulheres e dos homens nos processos económicos nacionais, formulação de política económica e iniciativas orçamentais de género. • Melhorar as oportunidades de networking das mulheres e da juventude e acesso à informação sobre as oportunidades económicas, fundos, (locais e internacionais), e parcerias de mercados.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermediários/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
34.		TIC e manufactura electrónica	• Infra-estrutura nacional inadequada para apoiar fabricação de produtos electrónicos, o que contribui para a fraca penetração do mercado regional. • Comércio intra-Africano inadequado em produtos electrónicos de consumo de valor acrescentado. • Aplicação inadequada de padrões de qualidade. • <i>Dumping</i> de produtos electrónicos de consumo e de infra-estrutura (e-waste). • Baixo uso de electrónicas e tecnologia de propriedade intelectual na implementação de indústrias verdes. • Uso limitado de soluções de TIC e de electrónica na monitorização dos processos e serviços do sector industrial. • Uso limitado de produtos electrónicos de consumo no sector de desenvolvimento de educação e das competências.	• Melhorar a infra-estrutura regional de apoio à produção e comercialização de produtos electrónicos. • Melhorar o acesso ao financiamento. • Identificar e valorizar o perfil das cadeias em produtos electrónicos. • Promover o investimento direccionado através da região. • Segurar e ampliar mercados para produtos de valor acrescentado e beneficiados. • Promover a colaboração entre as instituições envolvidas no desenvolvimento de competências em TIC. • Alavancagem IPR para promover a Pesquisa e Desenvolvimento no sector e desenvolvimento de produtos TIC electrónicos inovadores. • Apoiar outros sectores auxiliares para os	• Fortalecer as EPMs que trabalham no sector de manufactura electrónica. • Apoiar os requisitos de equipamentos electrónicos locais e aumentar a capacidade de exportação. • Desenvolver e fortalecer a vantagem competitiva no domínio das TIC. • Fornecer produtos de TIC de alta qualidade. • Aplicar marcas aos produtos da TIC feitos na região. • Abordar o problema do desperdício electrónico (e-waste) na região.	• Fortalecer a estrutura para o estabelecimento de instalações EPMs de TIC de incubação e apoio. • Incentivar a adopção das TIC e da inovação nas EPMs para realizar eficiência e competitividade. • Projectos de migração digital e banda larga para ancorar e apoiar a capacidade de desenvolvimento da indústria de manufactura de produtos electrónicos. • Implementar estratégias regionais e desenvolver normas para mitigar o impacto ambiental negativo dos desperdícios electrónicos e as alterações climáticas.	• Fazer da indústria de manufactura electrónica uma prioridade regional. • Estabelecer instituições de pesquisa em TIC regionais, programas de capacitação e promoção da transferência de conhecimento.	• Maior disponibilidade de produtos electrónicos para apoiar todos os sectores verticais de serviços de manufactura e dos consumidores industriais. • Aumento da variedade e qualidade de produtos electrónicos. • Aumento da participação em cadeias de valor regionais e / ou globais. • Participação dos direitos de propriedade intelectual da SADC aumentado como resultado de melhorias de Pesquisa e Desenvolvimento e capacidades de TIC.	• Número de empresas de fabricação de produtos electrónicos disponíveis para apoiar as indústrias-chave e produtos de consumo. • Gama de fabricação de produtos electrónicos disponíveis • Número de empresas de fabricação de produtos electrónicos que participam em cadeias de valor regional / mundial.	• Estados Membros. • Sector privado. • Secretariado da SADC	• Estados Membros. • Sector privado. • Secretariado da SADC. • Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

				materiais necessários para a fabricação e produtos de acabamento de TIC. • Data de início: 2015 • Fim: Contínuas							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Roteiro da Estratégia para a Industrialização da SADC (continuação)

Nº	Período	Política Área	Desafios	Intervenções	Objectivos	Programas/ Projectos Actividades	Linhas Prioritárias de Acção	Resultados Intermédios/Finais	Principais Indicadores de Desempenho	Responsabilidade	Orçamento Indicativo
35.		Sustentabilidade e Ambiental (Economia Verde)	- Impacto negativo das alterações climáticas. - Degradação ambiental devido à má gestão de resíduos industriais. - Ineficiente e utilização insustentável dos recursos. - Protecção inadequada da diversidade biológica e outros recursos do ecossistema.	Implementar o Plano de Estratégia de Economia e Acção Verde Regional para o Desenvolvimento Sustentável. • Data de início: 2015 • Fim: 2016	Promover a industrialização ambientalmente e socialmente sustentável .	Actividades do Plano de Acção da Estratégia de Economia Verde	Industrialização Sustentável.	Uso aumentado de processos ecológicos de produção.	Número de mercadorias e serviços ecológicos na região da SADC.	- Estados Membros - Sector privado. - Secretariado da SADC. - Parceiros de Desenvolvimento.	- Estados Membros. - Sector privado - Parceiros de Desenvolvimento.
		Sustentabilidade e Ambiental - Estrutura Política do desenvolvimento da Economia Azul (BEDPF)	- Infraestrutura inadequada para resistir às mudanças climáticas. - Ligações de transporte inadequadas, especialmente entre os estados costeiros e insulares. - Estatísticas inadequadas. - Capacidade inadequada para cumprir com as normas. - Acesso a capital	- Desenvolver infraestrutura adequada e de qualidade e aumentar a competitividade dos portos e do transporte marítimo e fluvial. - Melhorar as ligações de transporte. - Realizar um estudo para recolher e compilar estatísticas sobre a economia azul e construir capacidade	- Uso dos recursos oceânicos para promover a industrialização inclusiva e sustentável. - Estabelecer infraestrutura local que apoie a iniciativa da economia azul e facilite a circulação de mercadorias e serviços	- Desenvolver uma Política e Estratégia de economia azul até 2017. - Integrar as Iniciativas de economia azul em todos os aspectos da economia.	Industrialização inclusiva e sustentável.	- Melhorada a conectividade entre os estados costeiros e insulares. - recursos baseados nos oceanos utilizados de forma eficiente para apoiar a industrialização inclusiva e sustentável.	- Número de Estados Membros que adoptaram a Iniciativa da Economia Azul e utilizam recursos baseados nos oceanos de forma sustentável. - Número de bens e serviços ambientais produzidos na	- Estados Membros. - Sector Privado. - Instituições de formação e educação superior. - Parceiros de Desenvolvimento.	- Estados Membros. - Sector Privado. - Parceiros de Desenvolvimento.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

			insuficiente. • Acesso inadequado à informação do mercado. • Competências inadequadas para apoiar a Iniciativas da Economia Azul. • Incentivos inadequados para promover a Iniciativa da Economia Azul. • Progresso lento na formalização das EPMs.	a longo prazo nesta área. • Desenvolver competências para apoiar as iniciativas da economia azul. • Melhorar a capacidade para cumprir com os padrões de qualidade. • Remover as restrições de negócios para as empresas, especialmente as EPMs que operam na economia azul. • Oferecer incentivos para apoiar os progressos em relação à economia azul. • Identificar Centros de Excelências nos diferentes sectores para reforçar a capacidade de pesquisa e desenvolvimento em matérias relacionadas com a economia azul. • Date de início: 2015 • Contínuas	ecológicos entre os estados insulares e costeiros da SADC uns com os outros. • Maior participação nas redes nacionais, regionais e globais de valor, envolvendo produtos e serviços inteligentes.			• Aumento da produção e do comércio de bens e serviços ecológicos.	região.		
36.		Iniciativa de Matérias-primas da SADC	• cooperação insuficiente sobre o acesso a matérias-primas na região. Dependência excessiva de exportação de matérias-	• Desenvolver uma Posição Comum da SADC sobre a iniciativa de matérias-primas.	• Promover a cooperação e acesso a matérias-primas. • Uso de matérias-	• Consultas entre os Estados Membros para desenvolver a iniciativa.	• Uma Posição Comum da SADC sobre o acesso às matérias-primas.	• Aumento da disponibilidade e utilização de matérias-primas para	• Número de Estados Membros a cooperar no acesso a matéria	• Estados Membros. • Sector Privado. • Secretariado da SADC.	• Estados Membros • Sector Privado.

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»

			primas que estão sujeitas à volatilidade dos preços.		primas da SADC para promover o beneficiamento e valor adicional.			beneficiamento a adição de valor na Região	-primas e cadeias de valor regionais. • Quantidade de matérias-primas disponíveis para beneficiamento e agregação de valor.		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

* Prioridade «A» ou em apoio da Prioridade «B»